



DIÁRIO

da Assembleia da República

VI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1991-1992)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 3 DE JULHO DE 1992

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António Moreira Barbosa de Melo

Secretários: Ex.^{mos} Srs. João Domingos Fernandes de Abreu Salgado
Vítor Manuel Calo Roque
José Mário Lemos Damião
José de Almeida Cesário

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas.

Deu-se conta da entrada na Mesa do projecto de lei n.º 185/VI e do projecto de revisão constitucional n.º 4/VI.

Na abertura do debate parlamentar sobre o balanço político acerca das questões comunitárias, nomeadamente da presidência portuguesa da Comunidade Europeia, interveio o Sr. Primeiro-Ministro (Cavaco Silva), que respondeu depois a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Jaime Gama, Eduardo Pereira e Helena Torres Marques (PS),

Mário Tomé (Indep.), Adriano Moreira (CDS), Octávio Teixeira (PCP), Raul Castro (Indep.) e Isabel Castro (Os Verdes).

Usaram ainda da palavra, a diverso título, além do Sr. Primeiro-Ministro e do Sr. Ministro da Presidência da Defesa Nacional (Fernando Nogueira), os Srs. Deputados António Gutierrez (PS), Adriano Moreira (CDS), Octávio Teixeira (PCP), Pacheco Pereira e Silva Marques (PSD), Jodo Amaral (PCP), Mário Tomé (Indep.), Manuel Sérgio (PSN), João Oliveira Martins (PSD) e Isabel Castro (Os Verdes).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 12 horas e 45 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Absílio Sousa e Silva.
Adriano da Silva Pinto.
Alberto Cerqueira Oliveira.
Alberto Monteiro de Araújo.
Álvaro Bissaia Barreto.
Álvaro José Martins Viegas.
Ana Paula Matos Barros.
António Barbosa de Melo.
António Barradas Leitão.
António Correia Vairinhos.
António da Silva Bacelar.
António de Carvalho Martins.
António do Carmo Malveiro.
António Esteves Morgado.
António Fernandes Alves.
António Germano Sá e Abreu.
António José da Mota Veiga.
António Maria Pereira.
António Paulo Coelho.
António Santos Pires Afonso.
Aristides Alves Teixeira.
Arlindo da Silva Moreira.
Armando Guerreiro da Cunha.
Arménio dos Santos.
Belarmino Henriques Correia.
Bernardino Gata da Silva.
Carlos Almeida Figueiredo.
Carlos de Almeida Coelho.
Carlos Duarte Oliveira.
Carlos Lopes Pereira.
Carlos Lélis.
Carlos Manuel Gonçalves.
Carlos Miguel de Oliveira.
Carlos Oliveira da Silva.
Cecília Pita Catarino.
Cipriano Rodrigues Martins.
Delmar Ramiro Palas.
Domingos Duarte Lima.
Domingos José Soares Lima.
Duarte Rogério Pacheco.
Eduardo Pereira da Silva.
Elói Franklin Ribeiro.
Ema Maria Lóia Paulista.
Fernando Cardoso Ferreira.
Fernando Correia Afonso.
Fernando dos Reis Condesso.
Fernando Gomes Pereira.
Fernando Marques de Andrade.
Fernando Monteiro do Amaral.
Fernando Santos Pereira.
Filipe Manuel Silva Abreu.
Francisco Antunes da Silva.
Guido Orlando Rodrigues.
Guilherme Rodrigues Silva.
Hilário Azevedo Marques.
Isilda Maria Pires Martins.
Jaime Gomes Mil-Homens.
João Alberto Granja Silva.

João Álvaro Poças Santos.
João Carlos Duarte.
João de Oliveira Martins.
João do Lago Mota.
João Granja da Fonseca.
João José da Silva Maçãs.
João José Pedreira de Matos.
João Salgado.
Joaquim Cardoso Martins.
Joaquim Eduardo Gomes.
Joaquim Vilela de Araújo.
Jorge Paulo Roque da Cunha.
José Alberto Puig Costa.
José Álvaro Pacheco Pereira.
José Augusto Silva Marques.
José Bernardo Falcão Cunha.
José Borregana Meireles.
José Coelho dos Reis.
José de Almeida Cesário.
José Freitas Costa Leite.
José Júlio Carvalho Ribeiro.
José Leite Machado.
José Macário Correia.
José Mário Lemos Damião.
Leornardo Ribeiro de Almeida.
Luís António Martins.
Luís Carlos David Nobre.
Luís Carrilho da Cunha.
Luís Filipe Pais de Sousa.
Luís Manuel Costa Geraldes.
Manuel Acácio Martins Roque.
Manuel Antero Cunha Pinto.
Manuel Azevedo.
Manuel Baptista Cardoso.
Manuel Casimiro de Almeida.
Manuel Castro de Almeida.
Manuel Lima Amorim.
Manuel Maria Moreira.
Maria Conceição Rodrigues.
Maria da Conceição Pereira.
Maria de Lurdes Póvoa Costa.
Maria Fernanda Dias Cardoso.
Maria José Barbosa Correia.
Maria Leonor Beleza.
Maria Luísa Ferreira.
Maria Manuela Aguiar.
Maria Margarida Pereira.
Marília Dulce Pires Morgado.
Mário Belo Maciel.
Melchior Pereira Moreira.
Miguel Fernando Relvas.
Nuno Delerue Alvim de Matos.
Olinto da Cruz Ravara.
Pedro e Holstein Campilho.
Pedro Manuel Cruz Roseta.
Pedro Manuel Passos Coelho.
Rui Alberto Limpo Salvada.
Rui Chancerelle de Machete.
Rui Fernando da Silva Rio.
Rui Manuel Lobo Gomes Silva.
Simão José Ricon Peres.
Vasco Francisco Miguel.
Virgílio de Carneiro.
Vítor Manuel Igreja Raposo.
Vítor Pereira Crespo.

Partido Socialista (PS):

Alberto Arons de Carvalho.
 Alberto Bernardes Costa.
 Alberto de Oliveira e Silva.
 Alberto Manuel Avelino.
 Ana Maria Bettencourt.
 António Alves Martinho.
 António Correia Campos.
 António da Silva Braga.
 António de Almeida Santos.
 António Domingues Azevedo.
 António Luís Santos Costa.
 António Marques Júnior.
 António Oliveira Guterres.
 António Poppe Lopes Cardoso.
 António Ribeiro Campos.
 António Ribeiro da Silva.
 Armando Martins Vara.
 Artur Pereira dos Penedos.
 Carlos Cardoso Lage.
 Edite Marreiros Estrela.
 Eduardo Ferro Rodrigues.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Elisa Maria Ramos Damião.
 Eurico José de Figueiredo.
 Fernando Manuel Costa.
 Fernando Pereira de Sousa.
 Fernando Pereira Marques.
 Guilherme de Oliveira Martins.
 Gustavo Rodrigues Pimenta.
 Helena Torres Marques.
 Jaime José Matos da Gama.
 João Ferraz de Abreu.
 João Maria Meneses Ferreira.
 João Rui Gaspar de Almeida.
 Joaquim Fialho Anastácio.
 Joel Eduardo Hasse Ferreira.
 Jorge Lacão Costa.
 Jorge Paulo Almeida Coelho.
 José Almeida Leitão.
 José Apolinário Portada.
 José Eduardo Cruz Jardim.
 José Eduardo Reis.
 José Ernesto dos Reis.
 José Gameiro dos Santos.
 José Manuel Magalhães.
 José Rebelo dos Reis Lamego.
 José Rodrigues dos Penedos.
 José Sócrates de Sousa.
 Júlio da Piedade Henriques.
 Júlio Miranda Calha.
 Laurentino José Castro Dias.
 Leonor Coutinho Santos.
 Luís Capoulas Santos.
 Luís Filipe Madeira.
 Manuel Alegre Melo Duarte.
 Manuel António dos Santos.
 Maria Santa Clara Gomes.
 Raul Fernando Costa Brito.
 Raúl Pimenta Rêgo.
 Rui António Ferreira Cunha.
 Rui Rabaça Vieira.
 Vítor Manuel Caio Roque.

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião.
 Apolónia Maria Teixeira.
 Carlos Gomes Carvalhas.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 João Gonçalves do Amaral.
 José Manuel Maia.
 Lino Marques de Carvalho.
 Luís Carlos Martins Peixoto.
 Maria de Lourdes Hespanhol.
 Maria Odete dos Santos.
 Miguel Urbano Rodrigues.
 Octávio Augusto Teixeira.
 Vítor Manuel Ranita.

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira.
 João Carlos da Silva Pinho.
 Manuel Rodrigues Queiró.
 Narana Sinai Coissoró.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

André Valente Martins.
 Isabel Maria Almeida Castro.

Partido da Solidariedade Nacional (PSN):

Manuel Sérgio Vieira Cunha.

Deputados independentes:

Mário Baptista Tomé.
 Raul de Moraes e Castro.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta dos diplomas que deram entrada na Mesa.

O Sr. Secretário (João Salgado): — Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidos, o projecto de lei n.º 185/VI — Lei das associações de defesa do ambiente (PSD), que baixou à 6.ª Comissão, e o projecto de revisão constitucional n.º 4/VI (PCP).

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos dar início ao debate parlamentar sobre o balanço político acerca das questões comunitárias, nomeadamente da presidência portuguesa da Comunidade Europeia.

Para abrir o debate, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro (Cavaco Silva): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Terminou há dois dias a primeira presidência portuguesa do Conselho das Comunidades.

Tratando-se de uma das tarefas de maior responsabilidade que, no plano internacional, Portugal já foi chamado a desempenhar, fiz questão de me deslocar imediatamente a esta Câmara para apresentar um primeiro balanço, antes de, no início da próxima semana, me deslocar ao Parlamento Europeu.

São conhecidas dos Srs. Deputados as funções de uma presidência.

Compete-lhe gerir a actividade do Conselho, defender os interesses comuns dos Doze, conduzir a cooperação política europeia, realizar o diálogo com as outras instituições comunitárias, assegurar a representação externa da Comunidade.

A presidência das comunidades europeias é uma missão complexa e exigente que, em cada momento, tem de procurar fazer avançar de uma forma harmonizada as inúmeras áreas de trabalho dos múltiplos assuntos comunitários, buscando as linhas de compatibilização de interesses que melhor sirvam os objectivos da Comunidade e a sua afirmação na cena internacional.

Propusemo-nos exercer esta função de tão grande responsabilidade na firme defesa do interesse comum, no respeito pelas regras e competências instituídas, no desenvolvimento de uma estreita concertação e solidariedade interinstitucional e na permanente disponibilidade para o diálogo. E propusemo-nos exercê-la com rigor, seriedade, competência, isenção e empenho, com clara consciência do que a assunção dessa responsabilidade representava para a imagem de Portugal no mundo.

Durante seis meses os olhos da Europa e de outras partes do mundo estariam naturalmente voltados para Portugal.

Sabíamos, à partida, que iríamos exercer a presidência num período particularmente difícil da vida comunitária e numa envolvente externa caracterizada por profundas transformações políticas e económicas em vastas regiões do globo, algumas delas situadas mesmo nas fronteiras comunitárias. Temos de admitir que, aqui, a realidade ultrapassou as nossas expectativas.

Na verdade, no plano interno, às naturais dificuldades que resultavam do facto de 1992 ser o ano meta para a conclusão do Mercado Interno e, como se referia no programa da presidência, um «ano-charneira» para o lançamento da dinâmica da União Europeia, vieram acrescer-se as perturbações que, naturalmente, resultam para o funcionamento das instituições comunitárias de crises políticas e de profundas alterações de elencos governamentais em vários Estados membros.

No plano exterior, posso citar as situações de instabilidade política existentes na ex-Jugoslávia e em algumas repúblicas do território da ex-União Soviética e que têm conduzido a conflitos armados que já provocaram milhares de mortos e de refugiados.

Apesar de tudo, a presidência portuguesa cumpriu, em larguísima medida, o seu programa. Não poderei, numa intervenção que tem de ser necessariamente limitada no tempo, fazer uma descrição exaustiva de tudo quanto se fez, mas o Governo coloca-se, desde já, à inteira disposição das comissões especializadas da Assembleia da República para a análise do trabalho desenvolvido nos vários sectores.

De uma forma tão objectiva quanto possível, sem quaisquer considerandos de ordem política, sublinharei a seguir 25 pontos que me parecem relevantes no balanço da presidência portuguesa.

Primeiro: a credibilidade e o prestígio de Portugal no mundo saem claramente reforçados com o exercício da nossa primeira presidência do Conselho das Comunidades. Dificilmente alguém minimamente sério e isento ousará negá-lo.

Se dúvidas havia, no início, sobre a nossa capacidade para levar por diante tarefa de tamanha responsabilidade e exigência, elas desfizeram-se ao longo destes seis meses. As apreciações positivas chegam de todo o lado: da Comissão, do Parlamento e de outras instituições comunitárias, dos Estados membros e da generalidade da comunicação social de todo o mundo.

Portugal mostrou que é um país europeu moderno, que sabe aproveitar devidamente as oportunidades que se lhe abrem e que pode dar um contributo muito positivo para

a construção europeia e para a solução de muitos problemas mundiais da actualidade.

O orgulho e a satisfação que expressam os portugueses residentes no estrangeiro é bem o espelho de como o mundo viu a prestação que Portugal acaba de fazer.

Portugal, país pequeno, com economia ainda fraca, exercendo, pela primeira vez, a presidência, em tempo de complexidade difícil de igualar, surpreendeu a Europa! Esta é a primeira constatação que importa fazer perante os representantes legítimos do povo português.

Aplausos do PSD.

Segundo: a realização do Mercado Interno era a prioridade absoluta, fixada no programa da presidência.

Não só era importante que a Comunidade demonstrasse poder cumprir o objectivo 92 que a si própria fixou como também o Mercado Interno é um dos pilares em que assentam as futuras etapas da integração europeia.

Foram tomadas 36 decisões, estando agora aprovadas mais de 90 % das medidas do Livro Branco.

Seria fastidioso apresentar aqui a lista completa destas medidas, mas não posso deixar de salientar os progressos registados nos domínios dos seguros de vida, dos serviços financeiros e dos mercados públicos, bem como a aprovação do código aduaneiro.

O impulso dado à eliminação das fronteiras internas constituiu outro resultado significativo.

Pode afirmar-se agora que os avanços registados durante a presidência portuguesa colocam o Mercado Interno num plano de irreversível caminhada para o objectivo 92.

O dossier das redes transeuropeias, tão importante para os quatro países prósperos, foi finalmente desbloqueado com a aprovação do documento apresentado pela presidência.

Por outro lado, lançámos uma reflexão ao nível do Mercado Interno sobre o pós-1992, tendo submetido ao Conselho um documento onde se identificaram algumas áreas de acção, tendo em vista o aproveitamento de todas as potencialidades que o grande Mercado Interno encerra.

Terceiro: a reforma da política agrícola comum (PAC), por todos reconhecida como uma imperiosa necessidade, foi finalmente conseguida.

Trata-se de um marco na história da Comunidade, como tem sido amplamente reconhecido.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Concebida para fazer face à realidade dos anos 60, a PAC até agora vigente estava profundamente desadaptada em relação à realidade presente, representava um sério constrangimento ao livre comércio internacional e poderia mesmo vir a constituir um entrave no progresso para a União Europeia.

Era necessário mudar profundamente, substituindo o objectivo de crescimento da produção por outros que melhor se adaptassem às actuais condições estruturais da economia europeia, visando, nomeadamente, o reequilíbrio dos mercados agrícolas, a salvaguarda e a estabilidade do rendimento dos agricultores, a defesa das explorações familiares e a protecção do meio ambiente.

O acordo conseguido é o resultado da manifestação do espírito comunitário dos Estados membros e prova da vitalidade do projecto europeu.

Quarto: no que se refere à Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, o intenso trabalho de coordenação realizado pela presidência permitiu

que a Comunidade anunciasse no Rio de Janeiro posições comuns e liderasse claramente o processo negocial realizado durante a Conferência.

Como foi reconhecido pela generalidade dos países menos desenvolvidos, a Comunidade foi a força liderante do processo e deu um contributo decisivo para os resultados da Conferência, que muitos olhavam à partida com indiferença ou scepticismo, mas que acabou por consagrar claramente o princípio do desenvolvimento sustentável e produzir instrumentos que certamente se irão revelar de crucial importância no futuro da Humanidade.

Só por desconhecimento do processo se pode subestimar o papel da Comunidade e a relevância dos resultados conseguidos.

De referir também que, na área do ambiente, foram tomadas algumas outras decisões de grande alcance, como a directiva sobre o teor de enxofre no gasóleo e a relativa à poluição pelo ozono e a antecipação dos prazos de redução e eliminação da produção e consumo dos CFC.

Quinto: a presidência conseguiu quebrar o clima de bloqueamento e estagnação que, nos últimos anos, se verificava no domínio da política social.

No conjunto, foram aprovadas 16 medidas que concretizam importantes aspectos da Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores, em particular nas áreas da segurança social dos trabalhadores emigrantes, da protecção social, da assistência médica a bordo de navios, da segurança social, da segurança dos trabalhadores e da sua participação nos lucros das empresas.

Não foi possível obter decisão final sobre duas outras directivas que a presidência considera da maior importância — a organização do tempo de trabalho e da protecção no trabalho da mulher grávida —, mas os trabalhos do Conselho avançaram de tal modo que a sua aprovação está agora apenas dependente de acordo sobre um número reduzido de aspectos técnicos parcelares.

Sexto: em escassos quatro meses a presidência conseguiu fazer avançar substancialmente a discussão das perspectivas financeiras apresentadas pela Comissão. O nosso empenho neste dossier deriva, em primeiro lugar, da importância de que o conjunto das propostas se reveste para o processo de integração europeia, tanto em matéria de alargamento como no que se refere ao progresso para a União Europeia.

As condições políticas que se verificaram em vários Estados membros não permitiram que, no Conselho Europeu de Lisboa, se chegassem a um acordo quanto à globalidade das perspectivas financeiras. Acabou por ser aprovado um compromisso da presidência, que se considera equilibrado e que, em particular, deixa campo aberto para a defesa dos interesses dos quatro países menos prósperos. Para além da reafirmação da coesão económica e social como dimensão essencial da Comunidade e da vontade em concretizar os compromissos anunciamos em Maastricht, vale a pena sublinhar a criação do Fundo de Coesão, já a partir de 1993, e a decisão de que as negociações para alargamento da Comunidade só podem realizar-se depois da ratificação do Tratado da União e de se ter chegado a acordo sobre o Pacote Delors II.

Sétimo: no domínio dos transportes, vale a pena referir alguns resultados de grande significado: por um lado, a adopção de um conjunto de medidas que tem como finalidade a liberalização do espaço aéreo comunitário, dando expressão concreta ao espaço sem fronteiras no domínio do transporte aéreo; por outro lado, a aprovação do regu-

lamento sobre a cabotagem marítima, pondo fim a um processo que se arrastava há mais de sete anos.

Oitavo: face às preocupações relativas à imigração clandestina, aos pedidos de asilo em massa — que mais não são, muitas vezes, do que formas de imigração económica —, ao terrorismo, ao tráfico de drogas e à criminalidade em geral, a presidência portuguesa elaborou um programa ambicioso que, a um tempo, visa contribuir para a livre circulação de pessoas e para o reforço da segurança interna.

Esse programa foi largamente cumprido, como foi testemunhado no Conselho Europeu de Lisboa.

Não foi possível proceder à assinatura da Convenção das Fronteiras Externas, mau grado os esforços que desenvolvemos para superar o contencioso que persiste entre a Espanha e o Reino Unido. O trabalho que realizámos nesse domínio permite, contudo, encarar uma solução a breve prazo.

Sublinho ainda o domínio do asilo, onde se aprovou um conjunto de conclusões respeitantes à definição harmonizada de diversos conceitos da Convenção de Dublin, tendo sido igualmente merecedor de aprovação um outro projecto de convenção, paralelo à Convenção de Dublin, a celebrar com países terceiros.

Ficaram também aprovados os princípios gerais da Europol que serão a base da convenção a celebrar, tendo sido constituída a equipa que vai, a partir de agora, trabalhar nos aspectos finais que hão-de permitir a entrada em funcionamento da primeira unidade Europol — a Unidade Europeia de Combate à Droga.

Nono: apesar do muito trabalho realizado nas diversas instâncias comunitárias, não foi possível conseguir a aprovação final de algumas medidas, que estavam inscritas no programa da presidência. É, por exemplo, o caso da directiva da organização do tempo de trabalho, da harmonização fiscal no domínio do IVA e dos impostos especiais de consumo, do trânsito de resíduos perigosos e da cabotagem de mercadorias.

Na maior parte dos casos, o trabalho já realizado permitirá a obtenção rápida de decisões finais sobre as medidas em questão, mas noutras domínios, pelo contrário, foi possível avançar mais do que o previsto.

Décimo, decorrem há vários anos as negociações do Uruguay Round com vista ao alargamento dos regimes de liberalização das relações económicas internacionais.

Embora a negociação das posições comunitárias seja assegurada pela Comissão, a presidência colaborou sempre com a maior abertura, nomeadamente na criação de condições políticas que facilitassem o avanço das negociações.

Foi neste espírito que o assunto foi largamente debatido com as autoridades norte-americanas no âmbito da Cimeira Transatlântica realizada em Abril e se abriram possibilidades para o desbloqueamento político do dossier. A reforma da PAC reforçou significativamente a posição negocial da Comunidade, mas a situação política nos EUA tem dificultado o encerramento do processo.

Décimo primeiro: o Conselho Europeu de Lisboa constituiu um marco decisivo no processo de alargamento da Comunidade, fixando os princípios orientadores e emitindo uma posição política sobre as candidaturas à adesão.

Reafirmou-se, assim, que a União Europeia para que se caminha continuará a ser uma organização aberta a todos os países europeus que satisfazem os princípios políticos básicos que enformam a União.

Mas a adesão tem ainda como condição a capacidade destes países para absorverem de forma integral o «acervo comunitário», tal como ele resulta do Tratado da União.

Considerando que o Tratado do Porto que instituiu o Espaço Económico Europeu (EEE) preparou já o caminho para a adesão dos países EFTA, o Conselho instou as instituições comunitárias a acelerarem o trabalho preparatório necessário para que as negociações relativas às candidaturas destes países se possam iniciar logo que os processos de ratificação do Tratado da União estejam concluídos e o Pacote Delors II aprovado.

Décimo segundo: a defesa dos direitos humanos foi, durante a presidência portuguesa, uma linha de orientação sempre presente no desenvolvimento das relações externas da Comunidade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Merece ser destacada a intervenção que a presidência proferiu, em nome dos Doze, na abertura da sessão anual da Comissão de Direitos Humanos da ONU, em Genebra. Nessa intervenção, foi pela primeira vez feita, em nome dos Doze, perante a Comissão de Direitos Humanos uma referência explícita à questão de Timor Leste.

Por outro lado, o Comité Político da Comunidade, reunido em Lisboa em Fevereiro, aprovou uma declaração na qual os Doze afirmam o seu apoio à proposta portuguesa de ser encetado um diálogo, sem condições prévias, entre Portugal e a Indonésia, sob os auspícios do Secretário-Geral da ONU, com vista a uma solução justa, global e internacionalmente aceite em Timor.

O respeito dos Direitos do Homem foi também uma condicionante presente em todas as negociações de acordos de cooperação, comércio ou associação realizados durante a nossa presidência e constituiu um dos aspectos mais marcantes do diálogo da Comunidade com os países em vias de desenvolvimento.

Décimo terceiro: o reforço das relações da Comunidade com os países do Sul, nomeadamente com os países do Mediterrâneo, América Latina e África Austral, constituiu uma das grandes prioridades da presidência portuguesa.

Foi aprovada uma declaração na Cimeira de Lisboa que estabelece as linhas de orientação para o relacionamento futuro com o Magrebe, marcando claramente a vontade de estabelecer uma nova lógica nas relações mútuas baseada numa parceria alargada com esta região tão importante para a segurança europeia.

A concretização desta nova política passará pela conclusão de novos acordos euro-magrebinos.

O acordo de pescas alcançado com Marrocos foi também um resultado da maior importância para a Comunidade, em geral, e para o nosso país, em particular.

A intensificação das relações com a América Latina foi um objectivo prosseguido pela presidência portuguesa em várias frentes: realização de reuniões ministeriais, negociação de novos acordos e lançamento de novos diálogos com os países desta região.

Quanto a novos acordos, posso citar os acordos de terceira geração com o Brasil, que foi agora assinado, e com o Paraguai, e um novo acordo com o Pacto Andino que está já rubricado.

A presidência promoveu também a realização de um encontro ministerial CEE-Mercosul com vista ao lançamento das bases de uma futura institucionalização das relações com este espaço de integração sub-regional.

Refira-se também o desbloqueamento da cooperação financeira horizontal com a zona do Mediterrâneo, o que constitui em marco para o desenvolvimento das relações entre a Comunidade e a bacia mediterrânica.

Décimo quarto: a preocupação da presidência em promover a intensificação das relações da Comunidade com a África Austral englobou, naturalmente, os países de expressão portuguesa, nomeadamente Angola e Moçambique.

A visita da *troika* dos Ministros da Cooperação a Angola constituiu uma demonstração do interesse da Comunidade Europeia em acompanhar e encorajar o processo de paz, tendo, em consequência, sido concedida uma ajuda de 75 milhões de ecus.

Relembro ainda o programa especial da ajuda alimentar para as regiões da África Austral, que beneficiará Angola e, principalmente, Moçambique.

Que a CE não nos separa, antes nos une, a outras áreas de relação tradicional de Portugal, isso ficou bem demonstrado pelo facto de ter sido possível durante a nossa presidência assinar um primeiro programa indicativo de cooperação entre a Comissão e os cinco países africanos de língua oficial portuguesa. Este programa tem a particularidade de encarar esses cinco países como um grupo, estabelecendo a Comunidade com eles um tipo de cooperação semelhante à que desenvolve com agrupamentos regionais de continuidade geográfica.

Décimo quinto: a presidência prestou atenção particular ao aprofundamento das relações da Comunidade com os países da Europa Central e do Leste.

Foram assinados acordos europeus com a Polónia, Hungria e Checoslováquia, cujos acordos intercalares se encontram já em execução, e foram iniciadas as negociações com a Bulgária e a Roménia para acordos do mesmo tipo.

Foram ainda concluídos os acordos de comércio e cooperação com os Países Bálticos e com a Albânia.

Décimo sexto: conforme previsto nas declarações assinadas entre a Comunidade Europeia e os Estados Unidos, por um lado, e o Canadá, por outro, o presidente do Conselho Europeu deslocou-se a Washington e a Otava acompanhado do presidente da Comissão.

As Cimeiras Transatlânticas, que tiveram lugar em Abril, permitiram clarificar diversos temas de comum interesse dos dois lados do Atlântico e constituíram mais um passo no reforço das relações entre a Europa e os Estados Unidos e o Canadá, relações que não devem perspectivar-se num plano exclusivamente de segurança, através da NATO e da CSCE, mas também na cooperação nos domínios político e económico.

As reuniões com o presidente Bush e o primeiro-ministro do Canadá centraram-se na evolução da Europa após o Tratado de Maastricht, nas negociações do *Uruguay Round*, na situação na Europa Central e do Leste, especialmente na ex-União Soviética e na ex-Jugoslávia, no contencioso entre a Comunidade Europeia e o Canadá sobre as pescas, na questão do ambiente, na perspectiva da Conferência do Rio de Janeiro e na situação económica e mundial.

Décimo sétimo: depois de ultrapassadas muitas dificuldades, foi possível assinar, no Porto, pela Comunidade e os países da EFTA, o tratado que institui o chamado espaço económico europeu.

Foi um passo natural no grande movimento da integração europeia, estreitando os laços entre duas experiências bem sucedidas de integração económica.

A cidade do Porto fica ligada a um acto da maior relevância histórica para o futuro da Europa, através da instituição do maior espaço de liberdade de circulação de pessoas, mercadorias, serviços e capitais em todo o mundo.

As potencialidades que daqui derivaram constituem não só um poderoso factor de crescimento económico e social como também um elemento estabilizador da paz e da segurança no continente europeu.

Décimo oitavo: a unidade dos Doze no plano externo — fundamental para a credibilidade e eficácia da Comunidade — foi assegurada pela presidência em momentos decisivos em que foi posta à prova.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Foi o que aconteceu com o reconhecimento da Eslovénia e da Croácia, logo em Janeiro, e no caso da Macedónia, bem mais complexo por suscitar sensibilidades muito vivas por parte de um Estado membro.

Foi também o que aconteceu na Conferência de Washington sobre o Auxílio Humanitário às Repúblicas da ex-URSS e na Conferência do Rio de Janeiro sobre Ambiente e a liderança da presidência nestas conferências permitiu assegurar a coerência e unidade da ação dos Doze, assim como fazer sobressair o papel de primeira linha desempenhado pela Comunidade nos domínios em apreço.

Décimo nono: relativamente à ex-Jugoslávia, a estratégia seguida pela presidência foi a de apoiar os esforços de lord Carrington na Conferência de Paz de Bruxelas patrocinada pela CEE, com vista à obtenção de uma solução política negociada. Os esforços negociais da Comunidade seriam complementados por um esforço paralelo das Nações Unidas no *peace-keeping*. Consegiu-se, assim, criar condições para a cessação das hostilidades na Croácia.

Na Bósnia-Herzegovina, a presidência conseguiu que fosse negociado um acordo político entre as diversas partes que deveria ter servido de base à elaboração de uma nova Constituição que, assegurando a unidade do Estado, respeitaria os direitos de cada comunidade. Infelizmente esse acordo não foi respeitado! A progressiva e acentuada deterioração da situação militar no terreno inviabilizou o diálogo e levou à descontinuidade das negociações.

Face ao total desrespeito dos compromissos assumidos, em particular pelos responsáveis sérvios, e ao massacre sistemático de populações civis inocentes, os Doze, em articulação com as Nações Unidas, viram-se obrigados a decretar um conjunto de medidas restritivas contra a Sérvia, incluindo um embargo comercial e petrolífero.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Muito bem!

O Orador: — No Conselho Europeu de Lisboa tomos mais além, encarando o recurso à força militar no quadro das Nações Unidas se essa for a única maneira de assegurar o auxílio humanitário, nomeadamente às populações de Sarajevo. Por outro lado, foi recusada à Sérvia e Montenegro a qualidade de Estado sucessor da ex-Jugoslávia e exigida a suspensão da participação da Jugoslávia na CSCE e noutras organizações internacionais.

Vigésimo: com a presidência da Comunidade, Portugal assumiu a chefia da Missão de Monitores na ex-Jugoslávia e as correspondentes tarefas de coordenação.

A missão portuguesa cumpriu bem esta espinhosa tarefa ao longo de um período muito crítico, mantendo um fluxo permanente de informação sobre a situação no terreno, promovendo acordos locais de cessar-fogo e dando todo o apoio humanitário possível, contribuindo em inúmeras ocasiões para conter e travar o reacender do conflito e para salvar vidas humanas, facilitando a instalação das forças das Nações Unidas.

Dividindo tarefas e em coordenação com os «capacetes azuis», a Missão de Monitores da Comunidade cumpriu muito bem a sua tarefa e continua a constituir um instrumento privilegiado de actuação, cuja chefia é agora passada ao Reino Unido

Vigésimo primeiro: tendo assumido a presidência das Comunidades poucas semanas depois dos dramáticos acontecimentos em Moscovo que iriam levar ao fim do Partido Comunista e ao desmembramento da União Soviética, coube-nos orientar a discussão da estratégia global sobre as relações com as novas repúblicas. Os objectivos colocados eram os de contribuir para a estabilidade económica e política daquela zona, ajudar a criar condições para a consolidação da democracia e de economias de mercado e promover a inserção das repúblicas no sistema de relações internacionais.

O programa de auxílio humanitário conduzido pela Comunidade ajudou a ultrapassar a fase mais difícil e deu um espaço de manobra vital aos novos dirigentes russos.

A Conferência de Washington e, depois, a de Lisboa contribuíram para dar mais eficácia ao auxílio internacional. Na reunião de Lisboa, ficou demonstrada a importância decisiva da assistência técnica na criação das condições para o sucesso das reformas em curso.

Por outro lado, os problemas da não proliferação e da segurança nuclear receberam da Comunidade, em conjugação com outros países aliados, uma atenção particular.

Foi ainda decidido iniciar contactos com as autoridades russas e das outras repúblicas, com vista a definir a natureza dos futuros acordos a estabelecer com a Comunidade.

Vigésimo segundo: no que se refere às negociações de paz do Médio Oriente, a presidência portuguesa trabalhou intensamente para assegurar a participação da Comunidade Europeia no processo com uma visibilidade adequada aos interesses dos Doze na região.

Neste âmbito, merece particular destaque a aceitação da participação da Comunidade no Grupo de Trabalho sobre Desarmamento e Segurança Regional. Este facto revestiu-se de grande significado, na medida em que se trata do grupo de trabalho multilateral com maior conteúdo político e em que são discutidas questões estreitamente relacionadas com a própria segurança europeia.

Vigésimo terceiro: dando cumprimento às decisões de Maastricht, a presidência preparou o primeiro relatório sobre a futura política externa e de segurança comum que, depois de análise apropriada no Conselho, foi aprovado no Conselho Europeu de Lisboa.

Trata-se de uma peça-chave para concretizar o Tratado da União Europeia que fica indissociavelmente ligada à nossa presidência e que define, já com razoável rigor e precisão, as áreas passíveis de ações comuns dos Doze em relação a determinados países ou grupos de países.

Vigésimo quarto: a presidência exerceu sempre a liderança do Conselho em estreita concertação e solidariedade com as outras instituições comunitárias, em particular com o Parlamento Europeu e com a Comissão. Sem preverter as competências de cada instituição, que sempre procurámos preservar e respeitar, promovemos uma dinâmica de diálogo e de colaboração que ajudou a criar um clima novo no relacionamento internstitucional.

Com a Comissão, o entendimento sobre o desenvolvimento dos diversos *dossiers* foi sempre franco e construtivo, num espírito de verdadeira parceria.

As relações com o Parlamento Europeu foram intensas e frutuosas, quer no que se referiu aos processos de cooperação e de concertação quer quanto às reflexões sobre as grandes questões comunitárias.

Pela primeira vez, o presidente do Conselho Europeu reuniu-se com a Mesa alargada do Parlamento poucos dias antes da Cimeira, tendo dado conta dos principais pontos da agenda e cumprido os preceitos instituídos em relação à nomeação do presidente da Comissão. Espero que este gesto marque o início de uma nova tradição!

Aplausos do PSD.

Vigésimo quinto: as referências elogiosas que têm sido feitas a Portugal, nomeadamente da parte da generalidade das instituições e dos nossos parceiros comunitários vêm confirmar a forma rigorosa, isenta e empenhada com que, conforme nos tínhamos proposto, esta presidência foi exercida.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Para o seu êxito contribuiu não só a condução política que lhe foi imprimida mas também, e não em menor medida, a capacidade de organização, o profissionalismo e o empenhamento de muitas centenas de funcionários que, em todos os níveis, souberam compreender esta tarefa nas suas dimensões europeia e nacional e a ela não negaram o melhor do seu esforço e competência.

A todos eles presto aqui a minha sincera homenagem!

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Comparando o que se inscreveu no programa inicialmente apresentado com o que efectivamente se realizou, ficamos com a convicção de que cumprimos dignamente o que nos propusemos.

Demonstrámos, mais uma vez, que não tinham razão os «velhos do Restelo» que ainda subsistem e que continuam arreigados a visões mesquinhas do País e do próprio povo português, sem compreender que Portugal é hoje um país da Europa, que sabe pensar e resolver em termos europeus os problemas que tem de enfrentar.

Aplausos do PSD.

Ficou demonstrada a capacidade dos Portugueses para enfrentar desafios complexos e difíceis, principalmente quando está em causa o nome de Portugal.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Muito bem!

O Orador: — É pena que alguns, pretensamente esclarecidos — poucos, felizmente! —, se empenhem, a propósito da presidência, em denegrir a imagem do seu país, mesmo quando os outros que nos observam exigentemente do exterior exprimem o seu aplauso pelas realizações que conseguimos.

Aplausos do PSD.

Por último, apraz-me sublinhar que, com poucas exceções, as forças políticas nacionais demonstraram sentido de responsabilidade na sua atitude em relação à presidência.

Estamos todos de parabéns.
Portugal ganhou!

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Inscreveram-se para pedir esclarecimentos os Srs. Deputados Jaime Gama, Eduardo Pereira, Helena Torres Marques, Mário Tomé, Adriano Moreira, Octávio Teixeira, Raul Castro e Isabel Castro.

Como sabem, os Srs. Deputados dispõem, para formular cada pedido de esclarecimento, de três minutos, tempo esse que é descontado no tempo global atribuído a cada partido.

Tem, pois, a palavra o Sr. Deputado Jaime Gama.

O Sr. Jaime Gama (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, queria cumprimentar o Primeiro-Ministro por vê-lo, de volta, na Assembleia da República.

Ao terminar a presidência portuguesa do Conselho das Comunidades nós temos a primazia no debate, o que não se verificou quando ela se iniciou... De qualquer forma, a circunstância de o fazermos neste Parlamento com algum atraso em relação a outros países da Comunidade — que já o realizaram esta semana — não invalida a importância da reflexão que somos chamados a produzir e para a qual o PS desejará dar o seu contributo. E o nosso contributo, que não é apenas o deste debate, foi dado durante toda a duração da presidência portuguesa.

A circunstância de não termos concordado com a forma como o Primeiro-Ministro invectivou a oposição sobre a sua conduta durante o período da presidência não obstou a que, aqui e no Parlamento Europeu, junto dos demais partidos socialistas e sociais-democratas, não tivessemos também realizado uma acção empenhada de suporte aos interesses portugueses.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O relatório que V. Ex.^a apresentou é habitual. Nestas circunstâncias, gostaria de dirigir-lhe algumas perguntas para, no debate, podermos passar do relatório ao balanço. E, depois das palavras de V. Ex.^a acerca do balanço, o meu colega António Guterres, na sua intervenção, produzirá algumas reflexões acerca das perspectivas de futuro para Portugal no contexto das Comunidades.

Vozes do PSD: — Para a próxima presidência!

O Orador: — As perguntas são estas: todos nós sabemos que a presidência portuguesa correu bem ...

Aplausos do PSD.

Agradeço as palmas de VV. Ex.^{as}, que, verifico, são muito mais acaloradas em relação à minha intervenção do que em relação à anterior ...

Aplausos e risos do PS.

Mas se nós sabemos que a presidência portuguesa correu bem, também temos de reconhecer que a Cimeira de Lisboa correu mal, não por culpa do Primeiro-Ministro ou do Governo portugueses. A Cimeira de Lisboa correu mal, porque correu mal, mas o que não é necessário é, naturalmente, pretender omitir essa realidade. Não queremos invocar quem quer que seja sobre essa realidade, mas também não a poderemos negar.

Passando às questões que gostaria de colocar-lhe, elas são duas e a primeira é esta: o Governo Português utilizou a tática de não convocar uma cimeira extraordinária para consecução do Pacote Delors II. Depois, pretendeu transpor o Pacote Delors II para uma solução tipo *constit d'accord*, inspirada nos socialistas, que seria convalidada na Cimeira de Lisboa. Pois bem, a Cimeira acabou por ser totalmente negativa quanto à solução desse problema. E a pergunta que nós, socialistas, formulamos ao Primeiro-Ministro é a de saber se, na realidade, com a convocação da cimeira extraordinária na altura em que ela foi sugerida, a estratégia de sustentação para a aprovação do Pacote Delors II nessa Cimeira não teria sido mais eficaz.

É uma dúvida que existe nos nossos espíritos e a que V. Ex.^a deve responder.

A segunda é a que tem que ver com o trânsito da presidência portuguesa para a britânica. O tema que ficou em aberto foi o da subsidiariedade. Nesse contexto, o Partido Socialista atribui grande importância a obter a opinião de V. Ex.^a quando, na Comunidade, se passa decisivamente a discutir estas matérias e se procura ir ao encontro dos cidadãos, das comunidades locais e regionais, das opiniões públicas nacionais e se procura descentralizar o governo da Comunidade.

Qual a opinião e o julgamento de V. Ex.^a sobre o futuro papel das regiões autónomas e dos parlamentos nacionais, em concreto da Assembleia da República Portuguesa, no processo de construção europeia?

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, peço que respeitem os tempos atribuídos aos pedidos de esclarecimento, pois é deduzido do tempo global.

Tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Pereira.

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, permita-me que, sobre o abandono a que a presidência portuguesa votou Timor, lhe recorde acontecimentos e promessas que marcaram algumas faltas de intervenção política do seu Governo nos últimos seis meses e lhe coloque algumas questões.

Em Janeiro deste ano, foi apresentada ao Secretário-Geral das Nações Unidas uma proposta para a realização de conversações com a Indonésia sobre a égide e com a presença de timorenses. A incompreensão da Indonésia a mais este esforço português acarretaria de seguida o lançamento de sanções internacionais levadas a cabo com o apoio dos outros países da Comunidade Europeia.

Acedeu a Indonésia em negociar sobre a autodeterminação de Timor Leste? Ainda não? Exigiu a presidência aos países da Comunidade as sanções previstas? Não? Porquê?

Na sequência de uma deliberação de 3 de Dezembro de 1991, a Comissão decidiu congelar todo o apoio à Indonésia. Durante a presidência portuguesa, este apoio foi descongelado. Que pressões foram exercidas sobre a presidência portuguesa para que aceitasse tal reviravolta? Ou partiu de nós esta ajuda à Indonésia?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O Governo Português anunciou já que havia sido solicitada autorização para a entrada em Timor Leste da Amnistia Internacional e da Plataforma Internacional de Juristas. Ainda não entraram!

Que fez a presidência portuguesa para exigir o cumprimento dos compromissos assumidos pela Indonésia? O Governo Português considerou que os países co-autores da declaração aprovada na 48.^a Sessão da Comissão de Direitos Humanos estavam obrigados a pressionar a Indonésia no sentido do seu pontual e integral cumprimento. Que iniciativas foram tomadas pela presidência portuguesa neste caso? Que resultados foram conseguidos?

Portugal deve figurar na primeira linha dos países que lutam pelo reconhecimento mundial dos direitos humanos. A Comunidade Europeia diz condicionar a sua política de relacionamento com terceiros países ao respeito que estes demonstram pelos direitos humanos dos povos. Se assim é, que razões impediram a presidência portuguesa de incluir no comunicado final da Cimeira Europeia de Lisboa um capítulo dedicado aos progressos nesta luta e de condenação pelas reiteradas faltas da Indonésia?

Nem a pena da prisão perpétua indevidamente aplicada pelo invasor a um timorense português no seu território por protestos contra a ocupação e o regime lhe avivou a memória?

A presidência portuguesa e o Governo consideram que a hora tardivamente emitida ontem esgota o que devia ter sido feito em seis meses da presidência da maior Comunidade política do mundo a favor do povo de Timor Leste?

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Helena Torres Marques.

A Sr.^a Helena Torres Marques (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, serei muito breve, porque tenho muito pouco tempo. Considero que a presidência portuguesa teve como ponto particularmente grave o que se seguiu ao voto dinamarquês a Maastricht. A presidência não tinha equacionado este cenário, reagiu a quente e mal, dizendo que expulsava a Dinamarca e que a Europa continuava a Onze.

Protestos do PSD.

Depois, o Conselho de Ministros de Oslo reparou esta posição, dizendo que o Tratado não seria renegociado e que havia um esforço para a Europa continuar a Doze.

Queria que o Sr. Primeiro-Ministro nos dissesse, concretamente, o seguinte: como é que o Tratado escrito, tal como está, entra em vigor em 1 de Janeiro de 1993, como a presidência disse, se não for renegociado? O que é que está previsto por detrás do Tratado de Maastricht?

O Sr. Narana Colissoró (CDS): — Boa pergunta!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. Mário Tomé (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro: Peço desculpa, mas vou ser telegráfico, pois tenho muito pouco tempo.

Sendo certo que o Tratado de Roma só permite revisões regularmente ratificadas pelas normas constitucionais de cada um e de todos os países da Comunidade, e sendo incontrovertido que só 11 países, no máximo, irão fazê-lo, como pensa o Governo Português encarar a situação? Vai haver uma renegociação a Doze? Vai ser negociado um novo Tratado a Doze ou o exercício da democracia nos países membros obriga a uma Comunidade a Onze?

Tendo a Dinamarca feito um referendo e havendo pressões para que se realize um segundo referendo, para dar o dito por não dito, ou seja, o «não» pelo «sim», o Sr. Primeiro-Ministro está de acordo em que os que disseram «sim» tenham também segunda volta para dar o «sim» pelo «não» e, em Portugal, nem sequer primeira volta, nem «sim» nem «não»?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Adriano Moreira.

O Sr. Adriano Moreira (CDS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, em primeiro lugar, queria dizer que nós devemos sublinhar a dignidade com que foi exercida a presidência portuguesa neste período.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Muito bem!

O Orador: — E, sobretudo, deve ser posta em evidência a capacidade de intervenção do aparelho diplomático, com os fraquíssimos recursos de que dispõe e não obstante o adiamento constante de resposta aos pedidos reiterados que temos feito no sentido de que esse aparelho precisa de ser redimensionado para a época presente.

Mas julgo que é justo salientar, no protagonismo a que fomos obrigados, a intervenção do Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Por outro lado, não pedindo desculpa pelo facto de as perguntas serem telegráficas e ter pouco tempo, porque essa é uma decisão da maioria, gostaria de chamar a atenção para dois ou três pontos em relação aos quais julgo que a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro poderia ter sido mais rica e elucidativa.

E a primeira questão diz respeito à preparação dos instrumentos e dos mecanismos institucionais previstos no plano jurídico para a execução do Tratado de Maastricht, que era indicada como uma prioridade principal no documento oficial elaborado rumo à União Europeia.

Por outro lado, o problema do voto da Dinamarca praticamente não mereceu atenção na intervenção do Sr. Primeiro-Ministro. A este respeito, devo dizer que notícias de hoje tornam claro que o Governo da Dinamarca entende que sem o seu acordo o Tratado não pode entrar em vigor e que nada a obrigará a sair da Comunidade, mesmo que não o ratifique. Ora, este problema não pode ser omitido, pois há um conflito de percepções fundamental para a marcha da união política e gostaríamos de receber alguma informação a esse respeito.

Também não houve qualquer informação, e gostaríamos que tivesse havido, sobre o objectivo que foi fixado de chegar aos acordos de associação com os cinco países do Leste europeu.

O mesmo se diga em relação à redefinição da política da vertente atlântica que foi enunciada e que se procuraria encontrar nas conferências a realizar entre a CEE e os Estados Unidos da América e a CEE e o Canadá, que também não foi referida.

Por outro lado, no que respeita à política de defesa e segurança, é naturalmente útil e deve dar satisfação à Câmara saber que existe um relatório satisfatório sobre prioridades de objectivos estabelecidos. Mas existe um problema que é o de não conhecermos o relatório e, sem isso, não podermos ter qualquer opinião sobre a eficácia da intervenção portuguesa. Além disso, está estabelecida no Tratado proposto para a união política a associação íntima da Comissão de Bruxelas à defesa e segurança, o

que, numa lógica organizacional, determina que possamos vir a ter um comissário da defesa e um comissário dos negócios estrangeiros. Trata-se de uma questão que também precisa de algum esclarecimento.

Não deixaria ainda de notar que foi pena que não conseguissemos a solidariedade para o caso de Timor, o ponto mais gritante dos Direitos do Homem.

Finalmente, permitir-me-ia uma sugestão, Sr. Primeiro-Ministro: no corpo de assessores notáveis de que V. Ex.^a dispõe, talvez devesse figurar um genealogista. E isso para, finalmente, descobrir que os europeístas é que são os descendentes do «velho do Restelo» — ele é que não queria ir, ele é que tinha outro objectivo.

Risos do PCP.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro: O Sr. Primeiro-Ministro esforçou-se por dar à Câmara uma imagem positiva da presidência portuguesa, tentando enfatizar eventuais ou hipotéticos resultados obtidos e, fundamentalmente, tentando realçar aquilo que teria sido, digamos, o protagonismo do Governo nesta presidência. Mas o Sr. Primeiro-Ministro compreenderá que não o acompanhamos nesta visão cor-de-rosa...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Cor-de-laranja!

O Orador: — ... e explico-lhe porquê: porque o Sr. Primeiro-Ministro sabe que os resultados políticos da presidência portuguesa, sintetizados na Cimeira de Lisboa, saldaram-se, no essencial, por um fracasso. E parece-me que, pelo facto de analisarmos a presidência portuguesa na perspectiva dos resultados políticos, não estamos a denegrir ninguém, muito menos o País.

Sr. Primeiro-Ministro, é altura de compreender que «país» não é exactamente igual a «governo»... Trata-se de coisas completamente diferentes e distintas!

As conclusões oficiais da Cimeira não deixam margem para dúvidas, Sr. Primeiro-Ministro!

A evolução dos *dossiers* essenciais para a Comunidade foi nula durante estes seis meses, excepção feita, claro, ao *dossier* da reforma da PAC — todos desejávamos a reforma da PAC e esse *dossier* foi o único que avançou e terminou. Infelizmente — na nossa perspectiva —, o resultado foi negativo, como o mostram os agricultores portugueses e os agricultores de todos os países do Sul da Europa, que estão em desacordo com a reforma que foi feita.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Muito bem!

O Orador: — No entanto, o *dossier* social, por exemplo, que era importante, praticamente não foi referido nas conclusões da Cimeira — isto, aliás, para não referir, já agora, aquilo a que eu chamaria um patético empenhamento do Governo no sentido de aprovar uma directiva que limitasse o horário semanal de trabalho a 48 horas, quando esse horário semanal já não existe em país algum da Comunidade.

A questão de Timor Leste nem sequer foi referenciada na Cimeira de Lisboa — mais um fracasso político!

Aquilo que deveria ser, ou é, provavelmente, de maior interesse para Portugal, o chamado Pacote Delors II está, no fim da presidência portuguesa, no mesmo ponto em que se encontrava no início, isto é, está na estaca zero. Aliás, o Sr. Primeiro-Ministro procura agora vangloriar-se, ainda há pouco o fez, de que conseguiu, durante esta Cimeira e durante a sua presidência, que houvesse uma ligação directa entre a aprovação do Pacote Delors II e o início das negociações para o alargamento das Comunidades. Mas o Sr. Primeiro-Ministro sabe que isso não é verdade, pois no Tratado de Maastricht está escrito precisamente isso: que só haverá negociações para o alargamento da Comunidade após a aprovação das perspectivas financeiras.

Assim, a evolução que se verificou na Cimeira de Lisboa foi num sentido negativo, pois onde se referia «as negociações só começaram» agora refere-se «as negociações oficiais só começaram». Neste sentido, o Reino Unido obteve luz verde para iniciar desde já as negociações para o alargamento, embora apelidadas de «negociações não oficiais».

Sr. Primeiro-Ministro, gostaria agora de colocar-lhe a questão de, durante estes seis meses, Portugal não ter sido representado nas instâncias comunitárias em termos da defesa dos interesses nacionais, porque para nós é a questão fundamental da presidência portuguesa e o seu fracasso número um. Aliás, o Sr. Primeiro-Ministro, no início da sua intervenção, tentou justificar essa questão dizendo que estando na presidência não podia defender os interesses de Portugal, e o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, no dia em que terminou a Cimeira, foi muito claro quando disse: «Não esperem que agora a nossa posição seja igual, quando assumirmos a posição nacional».

Assim, Sr. Primeiro-Ministro, a questão que lhe coloco é esta: por que é que Portugal, e com que custos, esteve seis meses na CEE sem ter ninguém que defendesse os seus interesses? E, por outro lado, quando é que o Governo assume para si que a defesa dos interesses de Portugal nas instâncias comunitárias, como em quaisquer outras instâncias, é a obrigação e o dever fundamental do Governo de Portugal?

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Raul Castro.

O Sr. Raul Castro (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro: Dois dias antes deste balanço da presidência, já a maioria PSD exaltava os méritos dessa mesma presidência em conferência de imprensa, o que denota pouca confiança no resultado deste debate. Mas, curiosamente, durante a presidência portuguesa, o Governo nunca veio ao Parlamento expor as suas posições e conhecer as forças políticas que integram a Assembleia da República.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Veio. O Sr. Deputado é que não estava cá.

O Orador: — Sr. Primeiro-Ministro, este balanço, como acto *a posteriori*, já nada pode mudar do que se fez, sobretudo do que não se fez. Este balanço visa apenas atenuar os resultados negativos da presidência do Governo de V. Ex.º, em especial o fracasso do Pacote Delors II e o lamentável silêncio sobre o problema de Timor Leste que foi totalmente ignorado.

De resto, aquando da deslocação de V. Ex.º a Bona, de onde regressou a anunciar a passagem para terceira prioridade do Pacote Delors II, a televisão alemã dedicou à sua visita apenas 20 segundos, no fim do noticiário.

Afinal, quando esta presidência foi chamada «de transição» não se estava já a atribuir-lhe uma reduzida relevância?

O Sr. Presidente: — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.º Deputada Isabel Castro.

A Sr.º Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, em Novembro do ano passado, neste Parlamento, V. Ex.º teve oportunidade de afirmar solenemente que a questão de Timor Leste era uma questão de honra para Portugal.

Assim, e naturalmente, dever-se-ia ter reflectido sobre esta questão durante a presidência, mas na Cimeira de Lisboa nem uma palavra foi proferida a este respeito e, curiosamente, na intervenção que o Sr. Primeiro-Ministro agora fez, a questão de Timor Leste aparece só no ponto 12, referente à defesa dos direitos humanos.

Ora, a questão que lhe coloco é a de saber que leitura fazer e que significado atribuir a este facto.

O Sr. Presidente: — Para responder aos pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro que, nos termos regimentais, dispõe para o efeito de quinze minutos, sendo certo que, para o tempo global atribuído ao Governo, foram transferidos também quinze minutos cedidos pelo PSD.

Tem, pois, a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vou também tentar ser o mais sintético possível nas minhas respostas.

Sr. Deputado Jaime Gama, quando, no final da minha intervenção, sublinhei o sentido de responsabilidade demonstrado por todas as forças políticas nacionais, com poucas exceções, estava a incluir, como é óbvio, o Partido Socialista.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Em relação à pergunta concreta que me fez sobre a convocação de uma cimeira extraordinária, quero dizer-lhe que hoje é unanimemente reconhecido em todas as instâncias comunitárias e em todos os países da Europa Comunitária que seria um grave erro para a Europa convocar uma cimeira extraordinária.

Isto por várias razões: em primeiro lugar, porque não se convoca uma cimeira extraordinária sem o consenso de todos os Estados membros. Quero dizer-lhe que, já uma vez, Portugal não deu o seu consenso para a realização de uma cimeira extraordinária e ela não se realizou! Outros Estados membros talvez também não tenham dado nessa altura o seu consenso.

Em segundo lugar, o chamado Pacote Delors II só chegou ao Conselho no início do mês de Março e ainda no final de Maio a Comissão Europeia estava a fornecer os esclarecimentos técnicos que lhe tinham sido solicitados pelos Estados membros, isto é, ainda estava a fornecer elementos adicionais.

Além disso, a situação política na Europa — e, em particular, a situação eleitoral — era bastante complicada. Recordo-lhe que ocorreram eleições em França, no final

de Março, em Itália, no princípio do mês de Abril, no Reino Unido, no dia 9 de Abril, que a Bélgica esteve em crise até ao mês de Março, sem Governo, sem primeiro-ministro, que ocorreu uma mudança do primeiro-ministro em França, no dia 2 de Abril, e que o Governo, em Itália, só há poucos dias foi empossado, sem esquecer a mudança de governo e a crise política na Irlanda.

Isto mostra, de forma lapidar, que era impossível realizar, com resultados positivos para a Europa — e também para Portugal e para os outros três países menos prósperos da Europa —, uma cimeira extraordinária. E isso é hoje — repito — reconhecido, unanimemente, em todas as instituições e em todos os países da Europa comunitária.

Podia também citar-lhe vários artigos de jornais estrangeiros, segundo os quais Portugal tomou uma atitude muito sensata ao não convocar uma cimeira extraordinária.

Quanto ao papel dos parlamentos nacionais e das regiões, quero dizer que Portugal foi um defensor intransigente, no decurso das negociações que conduziram ao Tratado de Maastricht, da instituição do chamado «congresso», que reunisse, simultaneamente, os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu.

Como sabe, o que não vingou em termos de tratado acabou por vingar em termos de uma declaração e eu espero bem que as reuniões a realizar no futuro, na forma apropriada que vier a ser discutida, possam dar o seu contributo não só para a construção europeia mas também para hierarquizar os níveis de intervenção regional, nacional e comunitário.

A Cimeira de Lisboa reafirma a importância dessas reuniões entre os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu, para além, como é óbvio, das discussões dos parlamentos nacionais com os respectivos governos. O comité das regiões vai ser montado, a preparação da instalação do comité das regiões vai decorrer durante a presidência britânica e, com certeza, também vai ser dado a um contributo.

Sr. Deputado Eduardo Pereira, Portugal, ao longo da sua presidência — e considerou que era seu dever europeu fazê-lo — colocou o respeito pelos direitos humanos como um parâmetro horizontal que devia estar presente em todo o relacionamento externo da Comunidade. Foi isso que fez e ninguém pode acusar a presidência portuguesa de não ter feito as condenações das violações dos direitos humanos onde quer que elas tenham ocorrido, de os acordos negociados — de cooperação, de comércio, de associação — não terem instituído como regra fundamental o respeito pelos Direitos do Homem.

Aconselho-o até a consultar o acordo celebrado com Macau, onde, sabendo que, com certeza, a China não seria entusiástica em relação a essa matéria, foi imposta a obrigatoriedade pelo respeito dos direitos humanos. Fizemos o mesmo em relação ao Brasil, ao Paraguai e aos países do Centro e do Leste da Europa.

Quero ainda dizer-lhe que também em relação ao caso de Timor Leste, em Genebra, além daquilo que referi — e que não vou repetir porque o Sr. Deputado pode ler-lo na minha intervenção —, ocorreu uma declaração, apresentada por Portugal, que teve o co-patrocinio dos Doze e que foi assumida como declaração da presidência portuguesa.

O Sr. Deputado sabe tudo isso em pormenor mas o Governo, através do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, está à sua disposição para, quando quiser, convocar uma reunião sobre Timor Leste; estará aqui todo o Governo para dar-lhe a devida conta do assunto. Existe uma

comissão para o efeito e o Governo está de consciência tranquila que, durante a sua presidência, não descurou Timor Leste em relação à Birmânia, ao Iraque, aos países do Centro e do Leste da Europa, à Jugoslávia ou ao Irão. Não o descurou, de forma alguma, mas, Sr. Deputado, desde já desafio-o a convocar uma reunião especializada para tratar desse assunto.

Aplausos do PSD.

Sr. Deputada Helena Torres Marques, quanto à sua pergunta sobre o referendo na Dinamarca, penso que esse foi um dos casos em que a presidência portuguesa conseguiu actuar com maior prontidão.

Talvez tenha razão quando disse que foi «a quente», porque, de facto, ele foi tratado durante a noite.

Risos gerais.

Foi durante a noite que desembarquei, proveniente de Paris, às 21 horas e 30 minutos, e quando saí de Paris, às 19 horas e 30 minutos, ninguém ali antecipava o resultado do referendo dinamarquês.

Tive ocasião de ir directamente de gabinetes da maior responsabilidade, em Paris, para o aeroporto e quando daí saí fui-me informado, pelas autoridades francesas, a última previsão sobre o referendo, que não coincidiu com o resultado apurado. E no dia anterior tinha estado em Bona.

Por isso, confesso aqui que a presidência portuguesa não antecipou o resultado deste referendo, como não antecipou qualquer outro de um Estado membro. O primeiro-ministro da Dinamarca afirmou também, formalmente, que não antecipou esse resultado e, assim, confesso-lhe que fomos apanhados desprevenidos, mas conseguimos reagir num espaço que, até clarificar todo o assunto, demorou quarenta e oito horas, no máximo.

Durante a noite, a presidência portuguesa convocou uma reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros, que teve lugar em Oslo. Durante a noite e parte da manhã contactei com todos os primeiros-ministros e chefes de Estado da Europa comunitária e às 11 horas tinha a posição comum da Europa.

Como presidência, foi-me possível, no Centro Cultural de Belém, fazer uma declaração que sabia corresponder ao desejo de todos os países da Europa, incluindo a Dinamarca, pois falei longamente com o primeiro-ministro da Dinamarca sobre esta matéria.

Perguntou-me a Sr. Deputada como é que o Tratado de Maastricht vai entrar em vigor. Vou responder-lhe tal como o fez o primeiro-ministro da Dinamarca. O Governo deste país informou, oficialmente, não só o Presidente da Comissão Europeia, informou-me a mim, e ao Conselho e o primeiro-ministro dinamarquês disse — fez esta declaração em público, a meu lado, com a imprensa na frente e, por isso, estou à vontade para revelá-la — que não pede nem vai pedir a renegociação do Tratado de Maastricht e que considera que os Onze devem avançar para a união europeia sem a Dinamarca, se for necessário, mas que está muito satisfeito que a Comunidade mantenha as portas totalmente abertas para que o seu país se integre no grupo que dirige a União Europeia, apenas pedindo tempo. A Dinamarca pode ratificar o Tratado até ao dia 31 de Dezembro e ninguém pode exigir-lhe que esclareça o assunto antes dessa data.

Na altura, o primeiro-ministro dinamarquês informou oficialmente o Conselho e a mim próprio, como presidente

em exercício, que iria resolver o problema até ao fim do ano. Entretanto, solicitava a todos os Estados membros que não alterassem os seus calendários quanto à ratificação.

Estou, pois, a informá-la da posição oficial da Dinamarca, transmitida não apenas ao presidente do Conselho mas também às instâncias comunitárias.

A Dinamarca pede tempo e eu penso ser correcto dar-lho para resolver o problema.

A posição política, essa, está tomada; foi tomada na reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros em Oslo e confirmada totalmente em Lisboa. Os primeiros-ministros e os chefes de Estado decidiram não alterar uma vár-gula da declaração que tinha sido aprovada, por unanimidade, com o voto da Dinamarca, em Oslo. É esta posição política que vai ser mantida até que a Dinamarca dê uma resposta à questão que neste momento está sobre a mesa e que é a ratificação, por todos os Estados membros, do Tratado de Maastricht. Por isso, julgo que não nos devemos antecipar quando o próprio país nos pede apenas tempo para resolver o seu assunto.

Sr. Deputado Mário Tomé, a resposta anterior serve igualmente para a sua pergunta.

O Sr. Mário Tomé (Indep.): — E em relação ao siim ou não para Portugal?

Protestos do PSD

O Orador: — Sr. Deputado, não queria entrar nesse ponto, mas, sendo V. Ex.^a o grande defensor da Constituição, só lhe digo que não comprehendo que venha agora defender o seu não respeito. Todavia, em breve terá oportunidade de defender os seus pontos de vista, dado que a competência exclusiva para alterar esse ou esses artigos é da Assembleia da República.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Deputado Adriano Moreira, concordo inteiramente com o elogio que fez aos nossos funcionários, a todos eles e não apenas aos do corpo diplomático. Todos eles se encheram de brio, «arregalaram as mangas» e fizeram um trabalho notável, que surpreendeu todos os portugueses, porque temos uma certa tendência para dizer mal do funcionalismo público. No entanto, todos revelaram um profissionalismo que não foi construído apenas nos últimos dias mas era, com certeza, um profissionalismo acumulado pelo menos há alguns anos.

Aplausos do PSD e do CDS.

Em relação ao Leste, e muito sinteticamente, foi possível assinar os acordos de terceira geração com a Hungria, Checoslováquia e Polónia e criar condições para que entrassem em funcionamento rapidamente os chamados acordos intercalares — acordos de associação, acordos europeus ou de terceira geração, como também são chamados —, porque o acordo total só pode entrar em funcionamento depois desta Câmara, tal como as outras, o ratificar.

Também foram assinados os acordos de primeira geração, de cooperação e de comércio, com a Albânia e os países bálticos, estando neste momento em negociação acordos semelhantes aos celebrados com Hungria, Checoslováquia e Polónia para a Roménia e Bulgária.

No que se refere às relações com os Estados Unidos e Canadá, a preocupação era a de não as colocar apenas na perspectiva da segurança e da defesa, quer no âmbito da CSCE quer da NATO. Nesse sentido, o diálogo foi muito mais amplo, um diálogo político, que incidiu muito sobre o pós-Maastricht, sobre as relações da Europa Comunitária, dos Estados Unidos e do Canadá com a ex-União Soviética e sobre a situação na Jugoslávia.

mentar este diálogo transatlântico, que é um diálogo novo, iniciado há três presidências. Aliás, penso que o próprio formato ainda não estabilizou e é óbvio que esteve ensombrado pelas divergências quanto ao *Uruguay Round* que impediram o aprofundamento doutros pontos que interessava estreitar no relacionamento das duas margens do Atlântico.

Terei muito gosto em enviar o documento sobre a Política Externa de Segurança Comum (PESC), que está anexo às conclusões, pois creio que esta Câmara deve dispor, na íntegra, das conclusões do Conselho Europeu de Lisboa, de que faz parte esse documento.

Agradeço-lhe também o esclarecimento que deu sobre o «velho do Restelo». O Sr. Professor é a pessoa adequada para me dar esse tipo de lição, ...

Aplausos do PSD.

... pelo conhecimento que tem sobre essa matéria, obviamente.

Sr. Deputado Octávio Teixeira, discordo da sua opinião, porque penso que, na presidência portuguesa, se conseguiram obter importantes resultados para a Europa.

Em primeiro lugar, a realização da prioridade absoluta da presidência portuguesa não podia deixar de ser aquela que foi. E se V. Ex.^a olhar, com seriedade e bom senso, para a vida comunitária poderá verificar que não havia outra hipótese que não a de escolher como prioridade o Mercado Interno. Essa era, aliás, uma questão de credibilidade para a própria Comunidade, que tinha autofixado o objectivo 92. Não o cumprir afectava, minava, a credibilidade da Comunidade. Penso que hoje todos reconhecem que as condições estão criadas para que se realizem todas as medidas do Livro Branco.

O mesmo se passa, de resto, com o alargamento. A sua clarificação era importante, decisiva mesmo, porque, tendo sido apresentados sete pedidos, a Comunidade, em meados de 1992, não podia desconhecer a estratégia, a posição comum para dialogar com esses países e poderia correr o risco de, num futuro não muito distante, não ter sete mas, sim, oito ou dez pedidos de adesão, o que seria muito mais difícil. Penso, pois, que a clarificação da estratégia em relação ao alargamento foi muito importante para a Comunidade.

Quanto à política agrícola comum, consideramos — e não somos só nós, mas também todos os países da Europa Comunitária — que a sua reforma é decisiva (o Partido Comunista não o considera assim, mas é a exceção que confirma a regra), e foi, finalmente, conseguida.

Também quanto à política social, V. Ex.^a não tem razão. O Sr. Deputado sabe muito bem que a política social estava totalmente bloqueada na Comunidade, sem se conseguir aprovar uma única directiva, um único regulamento ou orientação. Conseguimos aprovar 16 actos comunitários e algumas directivas importantes e tive ocasião de dizer aqui aquelas que não conseguimos aprovar, com grande pena nossa — até referi duas nesse domínio. Na minha

intervenção, Sr. Deputado, não deixei de salientar aquilo que, estando no programa, não conseguimos cumprir.

O relacionamento com o Sul era uma grande prioridade da presidência portuguesa e ninguém pode negar que conseguimos ajudar a Comunidade a reequilibrar o olhar em relação ao exterior, a não olhar apenas para o Centro e Leste da Europa mas também para o Magrebe, para o Médio Oriente, para a América Latina, para África e, de uma forma especial, para o agrupamento dos cinco países de língua portuguesa. É a primeira vez que se assina um acordo para fornecer apoio a cinco países em situação de descontinuidade territorial. E, Sr. Deputado, isso foi feito quanto aos cinco países de língua portuguesa.

O Sr. Deputado «agarrou-se» ao Pacote Delors II. V. Ex.^a sabe, e com certeza que vai desculpar-me por o recordar, que o Pacote Delors I foi discutido durante 18 meses até ser considerado em condições técnicas para ser debatido pelos primeiros-ministros. Foi debatido, ao mais alto nível, três vezes em Conselho de Ministros, mas só num conselho extraordinário, realizado em Bruxelas durante a presidência alemã, é que se conseguiu aprová-lo. Este *dossier* esteve na presidência portuguesa apenas quatro meses e hoje é reconhecido que os trabalhos técnicos avançaram de uma forma extraordinária, ao ponto de termos ousado apoiar fortemente a Comissão para que apresentasse, em Lisboa, um compromisso político. É sabido que esse compromisso político não pôde ser aprovado por oposição de dois países — como sabem, as decisões nesta matéria de financiamento são tomadas por unanimidade. Mas a presidência avançou com um segundo compromisso que consolida algo de muito importante que não estava ainda adquirido. Conseguimos que o Fundo de Coesão entrasse em vigor em 1993.

Vozes do PSD: — Muito bem!

... Com isso deixaram-se cair duas coisas muito importantes. Se V. Ex.^a comparar o compromisso Delors com o da presidência portuguesa pode concluir que houve duas coisas decisivas que caíram, o que não foi ainda sublinhado em Portugal: primeiro, a fixação do *plafond* de recursos em 1,2 % do produto, em 1993 e 1994. Era grande ambição dos países contribuintes líquidos que, já em Lisboa, se fixasse que, pelo menos nos anos de 1993 e 1994, o total dos recursos não poderia ultrapassar 1,2 % do produto. Segundo, as perspectivas financeiras passarem de cinco para sete anos. Há-de reparar, Sr. Deputado, que isso também caiu!

Isto significa que neste momento há um campo aberto de debate, que não vai ser, decerto, fácil, para que os quatro países menos prósperos da Comunidade possam defender os seus interesses.

Sr. Deputado, eu não disse que o alargamento não estava ligado à aprovação do Pacote Delors II já em Maastricht. E volto a reafirmá-lo, porque conseguir que ele fosse inscrito novamente em Lisboa foi uma batalha que durou horas e confesso aqui que essa luta não foi travada fundamentalmente pela presidência portuguesa, que tinha isso implícito na sua proposta. Como não poderia deixar de ser, essa luta teve de ser travada por outros países, mas com o inteiro apoio da presidência portuguesa.

Por último, Sr. Deputado, a sua bancada pode pedir as interpelações que desejar sobre as relações entre Portugal e a CE, para discutir tudo aquilo que V. Ex.^a pretender, a agricultura, a indústria, a União Económica e Monetária, etc. Todavia, Sr. Deputado, esta reunião foi marcada para

debater «alhos», pelo que tenho uma certa dificuldade em responder-lhe sobre os «bugalhos»; mas no dia em que se convocar uma reunião sobre os «bugalhos», aqui estará o Governo para responder a todas as questões.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Terminada a presidência portuguesa, feitos os balanços que havia a fazer, deixemos os exercícios de contabilidade e discutamos o futuro.

Desde logo, o futuro a curto prazo, a questão política e institucional da ratificação do Tratado de Maastricht, mas também a exigência de uma convergência de esforços, para que o objectivo central da aprovação do Pacote Delors II e, em particular, da duplicação dos fundos para Portugal, a partir de 1993, possa ser alcançado, apesar de todas as dificuldades, durante a presidência inglesa, fracassado que foi, a este respeito, o Conselho Europeu de Lisboa.

Depois, o futuro a médio e a longo prazos, a necessidade de assegurar o êxito da integração da economia portuguesa na União Económica e Monetária, a necessidade de definir com clareza uma estratégia para a construção europeia que respeite as identidades nacionais e os valores da diversidade e que salvaguarde os interesses dos países mais pequenos, como Portugal.

Vejamos brevemente algumas destas questões.

O Partido Socialista e eu próprio temos sido assediados por outras forças e movimentos políticos e também por uma boa parte das posições expressas na comunicação social, para aderir à ideia da realização de uma revisão constitucional que permita que o Tratado de Maastricht possa ser ratificado por referendo.

Acusam mesmo o PS de “...” fazendo, abdicar do seu papel como partido de oposição, uma vez que é manifesto que a realização de tal referendo é recusada pelo Primeiro-Ministro e pelo Governo.

Tenho plena consciência de que, numa lógica de puro oportunismo político, nada seria mais vantajoso para o PS do que engrossar o movimento pró-referendo sobre Maastricht, fazendo recair sobre o PSD todo o odioso da sua recusa junto da opinião pública.

Acontece que não faço oposição pela oposição, nem determino as minhas posições políticas pelo critério simplista de que tudo o que é mau para o PSD e para o Governo é bom para o PS e para o País.

Aplausos do PS.

O Partido Socialista rege-se por convicções, por princípios e por valores, e não sacrificará as suas convicções a considerações de oportunidade ou à tática política.

Sei que pago por isso um preço, o da coerência e da credibilidade.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados: Há quem queira referendar Maastricht por ser contra Maastricht e ser contra a Europa. Estou em frontal desacordo. Considero o Tratado de Maastricht globalmente positivo para Portugal e não vejo, sinceramente, uma alternativa estratégica válida para o nosso país fora do quadro da União Europeia.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Outros querem mudar a Constituição para permitir o referendo, com o objectivo de pedir amanhã um referendo para mudar a Constituição. O PS sempre se manifestou contra as tentativas de conferir ao nosso regime democrático uma natureza plebiscitária. Afirmámo-lo, com clareza, face à campanha do general Soares Carneiro à Presidência da República, continuamos a afirmá-lo hoje, pelas mesmas razões e com a mesma determinação.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Mas há também quem pretenda referendar Maastricht por considerar que não houve em Portugal, sobre o Tratado, a divulgação e o debate imprescindíveis, face a uma alteração tão significativa do quadro em que se insere o nosso futuro colectivo.

Há que reconhecer que, com ou sem referendo, tal debate é indispensável.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O Governo tem usado uma lógica de secretismo na condução das questões europeias, lógica essa que, aplicada a Maastricht, levou a um desconhecimento generalizado da população sobre o conteúdo do Tratado e sobre as suas implicações na economia e na sociedade portuguesas.

O PS apresentou já, na Assembleia da República, uma proposta de resolução visando um grande debate nacional sobre as consequências do Tratado. Vamos também, durante o mês de Setembro, realizar uma intensa campanha de divulgação e esclarecimento, substituindo-nos à inacção do próprio Governo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Finalmente, há quem solicite um referendo sobre Maastricht para obter uma maior legitimidade da nossa opção europeia, sobretudo antevendo algumas dificuldades futuras.

É um objectivo compreensível!

Risos do PSD.

Tive ocasião de afirmar na reunião do Conselho de Estado e de referir claramente numa entrevista que, há algumas semanas, concedi ao semanário *Expresso*, bem como em diversas outras intervenções públicas, que o PS está aberto a encarar, em momento oportuno, um projecto de consulta popular sobre temática europeia, nos termos constitucionais.

Aplausos do PS.

Não a consideramos necessária e, por isso, não tomamos qualquer iniciativa só para criar um facto político, mas nada temos contra a sua possibilidade e não nos oporemos a qualquer proposta que surja, desde que nos termos em que referi.

Só que tal consulta não pode nunca, em nosso entender, assumir a forma de um referendo para a ratificação do Tratado de Maastricht, que deve ser realizada pela Assembleia da República, como a Constituição determina.

Rever a Constituição para referendar Maastricht traria como consequência a necessidade, politicamente inevitável, de referendar todos os futuros tratados que irão dando sucessivamente corpo à construção europeia.

O Sr. Manuel Queiró (CDS): — Essa agora?!

O Orador: — Não creio que esse método seja desejável para Portugal. Os estudos de opinião feitos após o referendo da Dinamarca vieram demonstrar que muitos votaram não, mais para se manifestarem contra o Governo dinamarquês do que por recusarem o Tratado.

A evolução das sondagens de opinião pública em França revela a mesma lógica de interpenetração entre a questão europeia e os problemas de vida interna francesa. Toda a sociologia política mostra que, quando aplicados a questões politicamente relevantes, os referendos tendem a ser mais um plebiscito à pessoa ou à entidade que formula a pergunta, do que uma resposta aos termos concretos dessa pergunta.

A Sr.ª Edite Estrela (PS): — Muito bem!

O Orador: — E isso não acontece por ignorância, mas por sabedoria política do eleitorado que tem normalmente a inteligência de compreender as eventuais manobras que se escondem por detrás da realização dos referendos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Adoptar um mecanismo referendário para a ratificação sucessiva dos tratados relacionados com a nossa integração europeia poderia vir a assumir a forma de uma roleta russa que, um dia, eventualmente, seria fatal. Não há considerações de oportunidade política que abalem esta minha profunda convicção.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Por isso, aquelas organizações genuinamente empenhadas em legitimar o nosso processo de integração europeia, que apelam ao PS para que aceite rever a Constituição para referendar Maastricht, apelamos nós para que reconsiderem e vejam as suas propostas, separando uma eventual consulta popular do processo de ratificação do Tratado e formulando-a em momento oportuno e nos termos constitucionais.

Aliás, tal separação é não só politicamente correcta como constitucionalmente inevitável, uma vez que, nos termos do n.º 5 do artigo 118.º da Constituição, são excluídas a convocação e a efectivação de referendos entre a data da convocação e a da realização das eleições para os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados: Muito mais, porém, do que os problemas institucionais, preocupam-me as condições em que se está a verificar o inicio da nossa integração na União Económica e Monetária.

Passada a euforia de 6 de Outubro, acabado o mito do sucesso, terminada a presidência das Comunidades, os Portugueses acordam e descobrem que as coisas não vão bem, que os problemas se agravam e que é preciso mudar de rumo.

Publicadas as estatísticas sobre o último trimestre de 1991, constata-se não só a diminuição do produto agrícola e do produto industrial como a própria redução do investimento

em equipamentos, o investimento que é directamente produtivo. Só as obras públicas, à custa dos fundos comunitários, permitem sustentar o investimento global.

Nada disto acontece pela força do destino ou pela lógica imparável do mercado. Tudo isto é, em grande medida, fruto das políticas do Governo. Ao sacrificar os interesses nacionais aos objectivos de calendário eleitoral do PSD, o Primeiro-Ministro optou por um caminho, cujo resultado foi a asfixia da economia real e de grande parte das empresas portuguesas.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Não apoiado!

O Orador: — Em 1991, houve eleições. Havia que ganhá-las a qualquer preço, criando uma ilusão de prosperidade. Por isso, deixou-se que subissem significativamente os salários reais e aumentou-se em muito o défice público, com base na tese, que muitas vezes já afirmei, de que um Estado gastador é sempre um Estado popular.

Para compensar esse eleitoralismo e evitar a derrapagem excessiva da subida dos preços, escolheram-se as empresas para vítimas, na certeza de que só depois das eleições começariam a sentir-se as consequências negativas para os cidadãos.

Sobrevalorizou-se o escudo acima de tudo o que é razoável e promoveram-se taxas de juro reais que ainda hoje são as mais altas da Europa e das mais altas do mundo.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Isso é o resultado de Convenção do PS!

O Orador: — Há dois anos e meio um dólar valia mais do que 150\$; hoje vale menos do que 130\$. Há dois anos e meio o ECU valia quase 180\$; hoje vale pouco mais de 170\$.

Sendo a economia portuguesa incomparavelmente mais fraca do que a economia norte-americana e do que as restantes economias europeias, sendo a inflação em Portugal bem mais alta do que as inflações americana ou média europeia, estamos perante uma política económica verdadeiramente suicida.

Já vem do tempo de Salazar a conceção da moeda forte à custa de uma economia fraca.

Diz o Governo às empresas que a adaptação é fácil. Basta modernizarem-se, investirem e aumentarem a produtividade. Mas como podem tantas elas investir com margens drasticamente reduzidas e com taxas de juro verdadeiramente proibitivas?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A verdade é que, nos últimos anos, temos andado todos a trabalhar para os bancos e a economia portuguesa se foi progressivamente transformando numa economia para estrangeiros.

Tudo isto foi agravado por se ter entrado para o mecanismo de taxa de câmbio do Sistema Monetário Europeu sem uma preparação prévia pela política cambial, que permitisse definir um valor do escudo mais reduzido. Escolheu-se, ainda para mais, um momento em que as pressões sobre a libra obrigaram a um novo acréscimo na fixação da paridade inicial.

A aplicação do IVA aos bens de primeira necessidade, exactamente na mesma altura, teve, ainda por cima, o efeito de relançar temporariamente a inflação.

Parece difícil cometer tantos erros em tão pouco tempo. E a resposta já aí está: todos os dias encerram fábricas, algumas porventura inevitavelmente, outras vitimadas por este Governo e esta estratégia.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Muito bem!

O Orador: — A insegurança no emprego aumenta. Só durante a presidência portuguesa e só num concelho como a Marinha Grande perderam-se cerca de 800 postos de trabalho.

Infelizmente, muitas das consequências desta política são já irreparáveis. A margem de manobra imediata é reconhecidamente reduzida. Ela permite, no entanto, algumas medidas e algumas inflexões.

Tive ocasião de, a esse respeito, apresentar um leque de propostas concretas na intervenção final da Convenção que o PS realizou no fim-de-semana passado.

Espero que o Primeiro-Ministro não deixe de reflectir sobre elas, como espero que o Primeiro-Ministro comprehenda que os erros graves da política financeira e as evidentes insuficiências na acção governativa, em diversos domínios, exigem para já uma remodelação governamental, agora que o fim da presidência portuguesa lhe retira qualquer impedimento. Uma remodelação que deve ser extensa das Finanças ao Ambiente, passando necessariamente pela Cultura, só para dar alguns exemplos.

Aplausos do PS.

Espero também que o Primeiro-Ministro se dê conta de que o destino europeu de Portugal não é compatível com a sua política insistente de mexicanização do País. Um Estado europeu moderno é um Estado de cidadãos, não pode ser um conjunto de clientes favorecidos e de súbditos amedrontados, já que mais não seja à custa do quadro de disponíveis para a função pública.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governos e Srs. Deputados: O «não» dinamarquês veio criar, inevitavelmente, problemas e embarracos ao processo da construção europeia, mas não deixou de trazer consigo algumas consequências positivas. Espero que a Comunidade no seu conjunto tenha compreendido que a União Europeia só será possível respeitando a identidade dos pequenos Estados.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A União Europeia não pode ser a criação de um super Estado, assente numa burocracia toda poderosa, nem pode reger-se por um directório dos grandes ...

Vozes do CDS: — Ah, bem!...

O Orador: — ... nem estabelecer no seu quadro distinções entre países de primeira e países de segunda.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Estamos perante um grande desafio à nossa capacidade de afirmação como povo e à capacidade de intervenção deste Parlamento.

Somos um velho Estado-Nação com oito séculos de existência. Temos uma sólida identidade nacional e cultural, que não foi forjada no isolamento, mas numa permanente encruzilhada de civilizações. Temos as nossas maneiras de ser e de estar no mundo e temos de afirmar estratégias que as possam transmitir ao velho continente a que pertencemos.

Não queremos uma Europa tecnocrática, eurocentrada ou obcecada apenas com o Leste. No momento em que se rompem os equilíbrios tradicionais, em que ressurgem os nacionalismos violentos, em que os sistemas políticos, mesmo democráticos, revelam claros sintomas de crise, queremos uma Europa aberta, que redescubra a sua vocação atlântica, a sua vocação mediterrânea e a sua vocação pioneira no diálogo Norte-Sul e no combate à iniquidade nas relações entre os povos. Uma Europa que não volte a perder oportunidades como a da Conferência do Rio.

Não queremos estar na Europa como simples meninos bem comportados, atentos, veneradores e obrigados. Tenhamos a vontade de inovar e a coragem de afirmar o nosso contributo, seguros como estamos da nossa história, dos nossos valores e do nosso destino colectivo.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, increveram-se, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados Adriano Moreira, Octávio Teixeira, Pacheco Pereira, o Sr. Ministro da Presidência e da Defesa Nacional e ainda os Srs. Deputados Silva Marques e Castro Almeida.

Informo, entretanto, que o Sr. Deputado António Guterres dispõe já de pouco tempo, pelo que penso que terá de ser muito sintético nas respostas aos pedidos de esclarecimento.

Para pedir esclarecimentos, tem, pois, a palavra o Sr. Deputado Adriano Moreira.

O Sr. Adriano Moreira (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, julgo que houve, talvez com vantagem, uma alteração do objecto da ordem do dia, porque estávamos aqui para apreciar os resultados da Cimeira Europeia de Lisboa e fomos convidados a apreciar o programa do PS.

Vozes do CDS e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Na intervenção que acabou de fazer, o Sr. Deputado António Guterres deixou-me a impressão de que a posso dividir em duas partes: uma não é de oposição ao Governo, é de oposição ao CDS.

Aplausos do CDS.

A outra é de oposição ao Governo com os argumentos do CDS.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente vai ter tolerância em matéria de tempo, em virtude das consequências da alteração desta ordem do dia, que prometo não levar às últimas consequências.

O Sr. Presidente: — E à subversão dos tempos, Sr. Deputado!

O Orador: — Eu conheço essa ditadura, Sr. Presidente, mas estou a pedir benevolência à ditadura.

Risos do CDS.

O Orador: — Sr. Deputado António Guterres, começo por dizer que esperamos que nos faça a justiça de incluir o CDS naquele grupo, talvez o mais restrito, da sociedade portuguesa — em vista da sua enumeração — que solicita um referendo para obter uma maior legitimidade da nossa opção europeia, sobretudo antevendo eventuais dificuldades no futuro, porque sei que o Sr. Deputado não faz parte dos políticos que transformam esta discussão num debate da corrente cenografia eleitoral; por isso, sei que atribui um objectivo sério a esta atitude do CDS e vou concentrar-me apenas neste ponto, pois não lhe faria a injustiça de entender de outra maneira.

Simplesmente, gostaria de uma resposta muito concreta: por que é que é constitucional o referendo e não é inconstitucional aprovar o Tratado? Por que é que considera lógico modificar a Constituição para aprovar o Tratado e considera impossível modificá-la para permitir o referendo?

Aplausos do CDS.

Conheço alguma imaginação que anda a circular entre os constitucionalistas e julgo que o nosso Primeiro-Ministro foi vítima de alguma dessa imaginação, quando — segundo parece — lhe disseram que tudo estava de acordo com a Constituição e só havia que fazer alterações puramente técnicas.

O Sr. Narana Coissoré (CDS): — Isso foi dito a 8 de Dezembro!

O Orador: — A 8 de Dezembro, nesta Câmara!

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — A 8 não, a 9 de Dezembro!

O Orador: — Ora, espero que o Sr. Deputado António Guterres nos esclareça este ponto, até por que é justamente antevendo dificuldades futuras que entendemos, sem colocar em causa o tratado, ser necessário estabelecer garantias para alguns dos perigos futuros, que enumerou, não virem a acontecer. O Sr. Deputado António Guterres nega isso e o que nos oferece é substituirmos a confiança no Primeiro-Ministro pela confiança em si, se vier a ser Primeiro-Ministro. Prefiro ter confiança na Constituição e nas garantias que ela der ...

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Esta alternativa não pode ser posta!

Finalmente, e tenho pena que o tempo não permita fazer mais comentários à sua rica intervenção, regozijo-me com a adesão do PS à tese de que a União Europeia não pode ser a criação de um super Estado, assente numa burocracia toda poderosa, não pode reger-se por um directório dos grandes, nem estabelecer, no seu quadro, distinções entre países de primeira e países de segunda. E regozijo-me porque já ouvi vozes do seu partido considerarem a previsão de isto possa acontecer como uma visão catastrófica da história. É preciso não utilizar esse qualificativo e entender que isto é puro realismo, porque não podemos examinar este processo com uma atitude filosófica de Gandhi.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Guterres, terei de ser muito rápido.

O Sr. Deputado elaborou a sua intervenção de forma a justificar a recusa de todo e qualquer referendo, qualificando, aliás, as diversas camadas da sociedade portuguesa que o solicitam e apenas aceita — e essa foi a parte final da sua intervenção —, nessa perspectiva, um referendo depois do Tratado de Maastricht estar ratificado.

Pergunto, muito concretamente, Sr. Deputado António Guterres, se seria capaz de neste momento apresentar um caso mais claro de referendo plebiscitário do que aquele que propõe e defende? Seria capaz de plebiscitar uma decisão previamente assumida pela maioria da Assembleia da República?

Vozes do PCP e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Quando faz o ataque ao plebiscito, tem algum exemplo mais concreto de um referendo que fosse exclusivamente plebiscitário?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Pacheco Pereira.

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Guterres, gostaria de fazer três breves observações, essencialmente sobre aquilo que está presente no tom da sua intervenção.

Em primeiro lugar, registamos as críticas que fez sobre a questão do referendo e compreendemos a quem foram dirigidas.

Em segundo lugar, o seu silêncio sobre o balanço da presidência portuguesa significa — o que em minha opinião é positivo e devemos todos saudá-lo — que aprecia o carácter positivo desse balanço e que não é indiferente, como português, ao facto de Portugal ter exercido, em circunstâncias muito difíceis, uma boa presidência das Comunidades.

Em terceiro lugar, quanto à parte final do seu discurso, que é, aliás, uma versão mais sintética, reduzida e reciclada daquele que fez à convenção do seu partido, registo que as críticas feitas nesta Câmara directamente dirigidas aos seus opositores e ao Governo foram muito mais moderadas do que as feitas na própria convenção.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Ministro da Presidência e da Defesa Nacional.

O Sr. Ministro da Presidência e da Defesa Nacional (Fernando Nogueira): — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Guterres, o Governo está presente neste Plenário para debater com a Assembleia a presidência portuguesa da Comissão Europeia.

Ora, se o principal partido da oposição, pela voz do seu presidente, Deputado desta Câmara, sobre esta matéria disse nada, o Governo interpreta essa postura como o reconhecimento de que a presidência portuguesa da Comunidade Europeia não merece reparos, nomeadamente ao principal partido da oposição.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Queria também dizer-lhe — pois não posso interpretá-lo de outro modo — que ouvi muito atentamente a sua intervenção e que, em minha opinião, ela se divide em duas partes.

Na primeira parte, V. Ex.^a quis dar à Câmara explicações sobre a forma como tem presidido ao Partido Socialista, em particular, justificando determinadas opções políticas, o que respeitamos, mas que, naturalmente, não é matéria em que o Governo se deva intrometer. Na segunda parte, V. Ex.^a fala sobre a situação económica do País, que é, com certeza, uma matéria muito interessante para um próximo debate, desde que nos garanta que nessa altura não vem falar de outra coisa.

Risos do PSD e do CDS.

É que, Sr. Deputado, temos lido nos jornais, nos órgãos de comunicação social, que V. Ex.^a agora só fala quando quer, só fala com quem quer e não com qualquer um e ficamos neste momento a saber que só fala sobre o que quer.

Aplausos do PSD.

Risos do CDS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Guterres, começo por referir o seu comentário inicial: «Deixemos a contabilidade; passemos à política!» Ora, eu nunca imaginei o Sr. Deputado Jaime Gama a tratar da contabilidade, mas comprehendo a divisão de tarefas...

Risos do PSD.

Na verdade, o Sr. Deputado António Guterres não se ocupou daquilo que nos traz hoje aqui, ou seja, a presidência portuguesa e, particularmente, a Cimeira de Lisboa, mas podia, ao menos, ter dado um sinal qualquer no sentido de se concorda ou não com a tomada de posição oficial do seu partido. E estou a referir-me, concretamente, ao comunicado produzido pelo eurodeputado do PS, Luís Marinho, que classificou a Cimeira de Lisboa como a cimeira da oportunidade perdida e ao Sr. Deputado Jaime Gama — embora contabilista ... — que ousou um comentário e disse que a Cimeira correu mal. Perguntou-se-lhe porquê e o Sr. Deputado respondeu: «Correu mal, porque correu ...»

Risos do PSD.

Sr. Deputado António Guterres, isto leva-me a ponderar e a interrogar: que caminho de afirmação está hoje a seguir o PS, dadas as imensas dificuldades internas — não como as que encarou a presidência portuguesa, mas grandes apesar de tudo — com que se vem deparando. Aliás, imagino qual seria o comportamento do PS face às dificuldades, a sério, de natureza internacional se este partido se desorienta tão facilmente com as dificuldades internas ...

Diria até que o PS, face às dificuldades de afirmação, algumas de monta, convenhamos, sobretudo as que vêm de ordem institucional, segue o caminho da tentação «UDPista», digamos assim, ou seja, uma espécie de retorno ao velho estilo de Acácio Barreiros... Porquê?

Porque, relativamente a questões da maior importância de Estado, o PS produz lamúrias, como é o caso, por exemplo, da Cimeira de Lisboa, dizendo apenas que «correu mal, porque correu» e que foi a Cimeira da oportunidade perdida. Ora, isto é uma lamúria! Ou, então, o PS tem uma postura, que está implícita em algumas das vossas posições, de afirmação através de reivindicações excessivas.

Resta-me, pois, saber se é esse o caminho que preconiza o Sr. Deputado António Guterres ou se, eventualmente, o admite. Assim, pergunto: se os senhores fizessem a presidência portuguesa comportar-se-iam mesmo mal? Será essa a vossa forma de afirmação?

De qualquer modo, Sr. Deputado António Guterres, e desculpem-me as comparações, gostaria de invocar o exemplo insuspeito do seu camarada espanhol, Filipe Gonzalez — não obstante os eventuais ímpetos da grandeza espanhola — que se comporta desta forma — e passo a ler o comentário dos observadores: «Filipe Gonzalez, chefe do governo de um Estado membro de comportamento exemplar que, depois da sua adesão à CEE, desde 1 de Janeiro de 1986, nunca entravou, por reivindicações excessivas, a boa marcha da Comunidade.»

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Mas disse que a Cimeira tinha sido uma deceção!

O Orador: — Sem dúvida!

Portanto, fico a aguardar a resposta do Sr. Deputado António Guterres sobre este ponto: os senhores acham que a presidência portuguesa pecou por excesso de bom comportamento? Se os senhores tivessem a responsabilidade dessa presidência comportar-se-iam mesmo mal?

Bom, seja como for, o Sr. Deputado António Guterres abordou um ponto principal do qual fugiu rapidamente: a necessidade de preparar a economia portuguesa para responder com sucesso ao desafio da integração europeia. O que é que os senhores fariam diferente de nós? Qual a vossa alternativa nesse ponto decisivo? Será que os senhores fariam como os vossos colegas socialistas franceses que se propõem cortar nos subsídios sociais? Nos subsídios ao desemprego?

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Os senhores seguiriam o caminho dos vossos colegas espanhóis, que pretendem cortar na parte social da sua política?

Sr. Deputado António Guterres ficamos a aguardar as suas respostas.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Manuel Castro Almeida.

O Sr. Manuel Castro Almeida (PSD): — Sr. Presidente, vou prescindir do meu pedido de esclarecimento, dado o pouco tempo disponível para o PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres, que dispõe de um minuto.

No entanto, a Mesa, tendo em conta as muitas perguntas que lhe foram formuladas, concede-lhe mais três minutos, pedindo-lhe para resumir as suas respostas o mais possível.

O Sr. António Guterres (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente, serei telegráfico.

Sr. Deputado Adriano Moreira, as posições do PS sobre a Europa e sobre o referendo têm a enorme vantagem de serem posições coerentes com o que sempre dissemos sobre estas questões. Penso que é o CDS que ultimamente tem tido algumas oscilações, a que, aliás, o Sr. Deputado Adriano Moreira é alheio.

Quando o Sr. Deputado diz que nós, em matéria de oposição, copiamos o CDS, af tenho de dizer-lhe que isso é impossível, pois o CDS, de há três meses a esta parte, em matéria de oposição, a única coisa que faz é pedir um referendo e por isso seria impossível copiá-lo fosse no que fosse.

Aplausos do PS.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Então e a lei da greve e a dos partidos políticos?!

O Orador: — O Sr. Deputado Octávio Teixeira acusa-me de querer ratificar o Tratado de Maastricht por referendo depois de Maastricht ser ratificado por esta Assembleia, ou seja, acusa-me de querer fazer um plebiscito após a decisão desta Assembleia.

Ora, isto revela que o Sr. Deputado não percebeu nada daquilo que eu queria dizer, o que, aliás, é compreensível, pois em matéria de referendo o PCP também só muito recentemente aderiu e todos nós compreendemos o vosso embaraço nessa matéria.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Mas vamos às questões colocadas pelos Srs. Deputados do PSD e pelo Sr. Ministro da Presidência.

Em primeiro lugar, Sr. Deputado Pacheco Pereira, registo e rejeito a sua insinuação. O que eu disse foi claro e aplica-se exactamente a quem eu disse que se aplicava. Isto que fique claro entre nós!

Em segundo lugar, quanto ao balanço da presidência portuguesa, já o fizemos em várias ocasiões. De qualquer forma, a presidência portuguesa das Comunidades foi exactamente igual ao discurso que o Sr. Primeiro-Ministro fez nesta Casa.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Foi uma coisa feita de forma razoável, com uma enumeração exaustiva de todos os tópicos a que se referiam os diversos aspectos burocráticos e técnicos da presidência, foi uma coisa sem rasgo, sem imaginação e sem visão de futuro!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É esta a nossa visão da presidência portuguesa. Se quiserem, em termos de classificação, é uma presidência a que darfamos um suficiente mais, isto é, darfamos um 13, o que, para quem já chumbou um ano, convenhamos que até não é mau!... Penso que o Sr. Primeiro-Ministro ficará satisfeito.

Aplausos do PS.

Não faz sentido falar, num debate sobre a presidência portuguesa, do desafio central que se põe a Portugal, no

quadro da nossa integração europeia, que é o do êxito da integração da economia portuguesa na União Económica e Monetária? Então, não foi o Governo a sublinhar que o acto mais relevante exercido durante a presidência portuguesa foi a introdução do escudo no mecanismo da taxa de câmbio do Sistema Monetário Europeu?

Admira-se o Governo que eu venha aqui discutir as questões importantes e não os aspectos burocráticos de uma enumeração exaustiva de 25 pontos, em que decorreu tudo, desde alguns regulamentos comunitários até às relações com países em todos os cantos do Mundo? O que o País tem de discutir é o que é essencial para o seu futuro! Foi o que procurei fazer e não um exercício de contabilidade, em que cada um tem a sua opinião, mas que, manifestamente, tem pouco relevo para o futuro.

Em relação às questões económicas, Sr. Deputado Silva Marques, dir-lhe-ia que para a política económica e para a política europeia a questão central é a da coerência e a da credibilidade e o problema da acção governativa é que ela tem de ter coerência e credibilidade.

Quando um primeiro-ministro promete, formalmente, numa campanha eleitoral, que não aumentará os impostos e, alguns meses depois, aplica o IVA a bens de primeira necessidade e faz subir significativamente a carga fiscal, não há coerência, não há credibilidade e os cidadãos ficam desorientados.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Quando um primeiro-ministro vai à televisão anunciar que as taxas de juro vão baixar e 15 dias depois o governador do Banco de Portugal diz o contrário, não há coerência, não há credibilidade e os empresários ficam desorientados.

Aplausos do PS.

E esta questão é decisiva!

Portanto, o que dizemos é que o Governo não pode perspectivar a integração da economia portuguesa na União Económica e Monetária em função do calendário eleitoral do seu partido. Por isso, não podia, em 1990 e em 1991, ter uma política laxista em relação à despesa pública e à política de rendimentos e uma política ultra-repressiva no plano cambial e no plano monetário, para depois não ser capaz de inverter isso, atabalhoadamente, a seguir às eleições, para dar a todos os agentes económicos a maior desorientação, que é responsável pela situação em que estamos, que é de impreparação cada vez maior do desafio fundamental que hoje se põe a Portugal, ou seja, o da integração da economia portuguesa de forma harmoniosa na União Económica e Monetária.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Não discutir este tema aqui seria não discutir o que é importante, seria agarrarmo-nos às questões institucionais que fazem o deleite do CDS ou às questões burocráticas que fazem o deleite do Governo.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Depu-

tados: Acabou a presidência portuguesa e aqui está o Governo, regressado finalmente ao País, vindo das Comunidades, onde se acoitou ao longo destes seis meses.

Neste momento de balanço, é preciso dizer que aqui, na Assembleia da República, só há um balanço relevante — o balanço da presidência para Portugal.

Quanto a este balanço, a verdade é que a presidência portuguesa sofreu de um mal congénito. Pretendeu afirmar-se mais pelo serviço às Comunidades, mesmo que isso causasse danos aos interesses nacionais. Pretendeu, fundamentalmente, obter a aprovação dos líderes dos países da Comunidade e dos Comissários de Bruxelas, mesmo que para isso tivesse que sujeitar sectores da vida portuguesa a medidas que atingissem legítimos interesses. Foi mais presidência do que portuguesa.

O Governo argumentou que essa era a forma de ganhar a confiança dos parceiros da Comunidade. Estranha forma! Ninguém duvida que, por exemplo, os ingleses partem para esta presidência do 2.º semestre de 1992 para servir, antes de tudo, os seus próprios interesses. E se a presidência, em vez de inglesa, fosse alemã ou francesa, ou mesmo italiana ou espanhola, o que causaria espanto é que não tratassem, em primeiro lugar, de defender os seus interesses próprios, os interesses nacionais. É a lógica das nações, que as grandes nações aplicam implacavelmente. E se os pequenos países não fazem o mesmo, não obtêm qualquer ganho com isso. O Governo não ganhou nada, nem a confiança dos parceiros, mas arrisca-se a ter malbaratado uma boa fatia do respeito que é devido a uma nação livre e soberana.

Com o referendo na Dinamarca, criou-se um momento de ouro para reflectir e repensar o modelo de actuação. O povo dinamarquês deu um alerta, face a um processo que desequilibra a posição relativa das nações dentro das Comunidades. O alerta veio de um pequeno país, como não podia deixar de ser. E se havia quem lhe devesse dar uma atenção especial, era precisamente Portugal, este país num canto da Península Ibérica que, por sua vez, não passa de uma pequena parte da Europa no seu conjunto — país de vários riscos, portanto. Mas, não! Embalado pelos burocratas de Bruxelas e pelos países mais poderosos, longe do País, o Governo fez-se «mais papista do que o Papa» e ditou ordens e ameaças à Dinamarca.

O povo que votou «não» foi insultado e apoucado, com uma pespontância inaceitável, quer pelo respeito devido a qualquer povo quer pelo respeito devido à expressão democrática da sua vontade. O Governo associou-se a uma lamentável operação de chantagem sobre a Dinamarca, esquecendo que essa mesma operação era uma indecorosa exibição do pior que há no estilo e no conteúdo do Tratado de Maastricht.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — O que se exigia da presidência portuguesa era exactamente o contrário do que fez, era que tivesse defendido a Dinamarca como nação soberana e membro de pleno direito das Comunidades, era que se opusesse a qualquer ameaça ou chantagem ditadas pelos grandes da Comunidades contra um pequeno país. Era que impusesse a realização de um debate sério sobre o conteúdo do Tratado, sobre as questões que o resultado do referendo traziam à luz do dia, incluindo a falta de transparência do processo, o divórcio entre os cidadãos e as estruturas de decisão política, a grave crise de representatividade que afecta, neste terreno, as decisões que estão

a ser tomadas, os perigos e ameaças que pesam sobre as pequenas nações e o débito de solidariedade que está a afectar neste momento o relacionamento interestadual dentro das Comunidades.

Mas o Governo preferiu a política espectáculo, as acções para agradar e as palmas vinda da Alemanha e da França.

Desde o começo, o Governo encarou a presidência como um espectáculo. Embora o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros não goste que se lembre isto — vi-o na RTP, no sábado da Cimeira de Lisboa, agastadíssimo com um jornalista —, a verdade é que o Governo prometeu mundos e fundos no começo da presidência.

Não vale a pena negá-lo, está escrito! No memorando do Governo sobre a presidência, a propósito do Pacote Delors II, afirma-se, por exemplo, o seguinte: «O Pacote Delors II é a coluna vertebral dos grandes compromissos que os Doze fixaram para realizar a União Polística e a União Económica e Monetária» e «qualquer atraso na sua aprovação» seria «gerador de instabilidade na vida comunitária, com efeito multiplicador para o futuro e com projeção negativa para o exterior».

Aqui está dito mas não feito! O Pacote Delors II foi um monumental fracasso deste semestre, está na estaca zero, assim como o Fundo de Coesão continua sem montantes definidos.

Isto é, as matérias que têm a ver com o apoio das Comunidades aos países menos desenvolvidos, com vista ao objectivo de coesão económica e social, transitam para a presidência do Reino Unido, que, como é patente, tudo fará para as travar e para minimizar os montantes financeiros. É um resultado directo da estratégia do Governo, de postergar a defesa dos interesses nacionais.

Há mais exemplos: as prioridades em matéria de política social.

As promessas foram muitas, mas as concretizações foram nenhuma. Em vez da harmonização no progresso, as tentativas para fazer a harmonização pelo nível mais baixo, como são exemplo as propostas de directivas para a redução do trabalho semanal máximo para 48 horas — pasme-se, 48 horas! —, as ameaças sobre o trabalho nocturno das mulheres, trabalho de menores a partir dos 13 anos (é uma maneira de acabar com o trabalho infantil, pelos vistos!), a redução do subsídio de maternidade, os apoios à maior flexibilidade e precariedade do emprego.

Destes mundos e fundos prometidos, a realidade que ficou foi a de uma construção europeia a continuar a avançar segundo os dogmas neo-liberais, sob o comando das multinacionais e da burocracia de Bruxelas, com a secundarização dos princípios da coesão económica e da dimensão social do desenvolvimento, cada vez mais colocados em segundo plano.

A presidência portuguesa deixa o País mais amarrado aos impactes, sobre o tecido económico nacional, da livre circulação de mercadorias e de capitais e de critérios de convergência nominal, secundarizando o processo de desenvolvimento e de correcção de injustiças e desigualdades.

Num País onde essas desigualdades se agravam, a nível das regiões bem como a nível das diversas camadas sociais, num País onde aumentam segmentos de pobreza, num País carecido de um forte empenhamento num processo de real desenvolvimento, que vá muito para além das infra-estruturas e atinja o próprio tecido económico e social, esta presidência portuguesa, deixando relegar o objectivo da coesão e do desenvolvimento para segundo

plano nas prioridades das Comunidades, prestou um mau serviço ao País.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Exactamente!

O Orador: — O Governo empenhou-se muito, por exemplo, na repressão — na montagem da Europol ou nos Serviços de Informações Schengen —, mas já não naqueles objectivos que permitiriam a concretização dos princípios de solidariedade e a construção de uma Europa democrática.

O Governo quis ficar na história à força. E, como foram sendo frustradas, sucessivamente, todas as promessas, uma a uma, ficou a reforma da PAC, como uma das peças mais negras da história da agricultura portuguesa. O Governo vai ficar na história por causa da reforma da PAC, mas na história negra da agricultura nacional.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Qual é, afinal, o balanço de resultados positivos que o Governo faz de si mesmo? Para além dos auto-elogios, creio que é, no essencial, um moinho de palavras.

Por exemplo, o Pacote Delors II? Está tecnicamente pronto, disse o Ministro dos Negócios Estrangeiros, o que, como é sabido, não interessa nada, porque a questão não é técnica, pois, se o fosse, resolvia-se rapidamente, a questão é política. E, quando houver e se houver vontade política, não há dificuldades técnicas, só que não existe essa vontade política e o Pacote Delors II, bem como o Fundo de Coesão, as políticas sociais e as políticas de desenvolvimento estão fora de curso.

Este fim da presidência, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é uma boa ocasião para pensar um pouco e para reflectir sobre os objectivos e sobre as estratégias. Isto, mais do que um balanço apresentado pelo Governo, parece uma ressaca. Ressaca de um conjunto de precipitações em que o Governo meteu o País durante estes meses e do afogadilho com que a Assembleia foi posta a aprovar o Acordo de Schengen, a Convenção de Dublim e até a revisão constitucional por causa de Maastricht. Tudo para mostrar às Comunidades como as autoridades portuguesas eram diligentes e, inevitavelmente, pró-europeias.

A estratégia de mostrar serviço para ficar bem visto não levou a nada; pagar primeiro para receber depois mostrou-se o que sempre é, uma ingenuidade que sai cara.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — É altura de mudar significativamente de rumo.

Se já havia muitas e boas razões para suspender o processo de ratificação e o processo de revisão constitucional, na parte em que pretende viabilizar o Tratado, com o fracasso da Cimeira de Lisboa e a paralisação do Pacote Delors II, mais razões há para essa suspensão e para a realização prioritária de um grande debate e, se se pretende que o processo avance, de um referendo em que o povo seja chamado a pronunciar-se.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — E quanto ao PS? O PS, que começou por fazer depender a ratificação do Tratado de Maastricht da aprovação do Pacote Delors II, envolve-se e activa com

o PSD um processo de «adaptação» da Constituição ao Tratado de Maastricht, quando continua o desconhecimento público do conteúdo do Tratado e está por fazer qualquer debate público sério e quando uma situação como a do referendo na Dinamarca exibe uma chocante crise da representação política, um claro fosso entre os compromissos dos políticos e dos estados e os sentimentos das opiniões públicas nacionais.

O PCP formula uma proposta muito concreta: que, aberto o processo de revisão constitucional, este vise, exclusivamente, a aprovação de uma norma transitória que permita a realização do referendo sobre as alterações dos tratados das Comunidades, visando a instituição da União Europeia.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — E, para esse efcito, o Grupo Parlamentar do PCP entregou na Mesa da Assembleia um projecto de lei constitucional, contendo uma única norma, de natureza excepcional e transitória, destinada a permitir esse referendo.

É um absurdo propor que os Portugueses debatam e se pronunciem sobre a matéria do Tratado, nomeadamente através de um referendo, e, simultaneamente, executar, antes da resposta ao referendo, os passos concretos do processo de ratificação, nele incluindo o processo de revisão constitucional, na parte em que visa conformar a Constituição ao Tratado.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: A Cimeira de Lisboa foi tratada de forma pouco abonatória como sendo uma cimeira da transição.

Ao longo destes meses, o Governo quis sempre actuar sozinho. A Assembleia da República só lhe serve para o show mediático. O Governo não quis aceitar e compreender que a presença de Portugal nas Comunidades não é uma questão de Governo mas, sim, uma questão de Estado que deve envolver todos os órgãos de soberania.

As opções que basearam a participação portuguesa foram feitas pelo Governo sozinho e, por isso, afastaram-no, irremediavelmente, do sentimento e do pulsar da Nação.

O Primeiro-Ministro, ofuscado por tantas estrelas no céu de Belém, não reparou nos manifestantes que nos dias da Cimeira exprimiram os tantos descontentamentos do País.

O Primeiro-Ministro também não cumpriu as responsabilidades de Portugal quanto a Timor. E as palavras duras de Ramos Horta não podem ser esquecidas nesta hora.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Também aqui é preciso mudar de rumo.

A presidência acabou. Tirem-se as ilações devidas, mude-se de rumo e, acima de tudo, assuma-se, sem complexos, a defesa dos interesses nacionais. É isto que se espera e se exige que seja feito em nome de Portugal.

Aplausos do PCP.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para pedir esclarecimentos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Lino de Carvalho, muito rapidamente e antes de fazer uma correção às suas afirmações, apenas para efeitos de esclarecimento público — e foi essa a razão porque pedi a palavra —, permita-me dois pequenos comentários.

O primeiro: sem dúvida que o Sr. Primeiro-Ministro teria dificuldade em ver os manifestantes em frente do Centro Cultural de Belém, sobretudo os manifestantes mobilizados pela central sindical de influência comunista, porque eles não estavam lá, como tive a oportunidade de verificar através de diversas reportagens, quer jornalísticas, quer radiofónicas. Eles não estavam lá! Todos os repórteres foram concordantes sobre esse ponto. Portanto, Sr. Deputado, de facto, era difícilvê-los.

Compreendo que os manifestantes adiram cada vez menos aos senhores, porque não existe qualquer credibilidade no vosso discurso. É impossível, seja quem for, mobilizar-se com base nas vossas propostas.

Mesmo quanto à questão do referendo, Sr. Deputado, quem é que pode correr atrás dos senhores, não obstante os vossos esforços deste último fim-de-semana, tentando fazer, no estilo mais clássico, uma pura agitação de rua, por muito simpática que seja a ideia, quando os senhores, repentinamente, mudam de posição sobre esse ponto. Os senhores, uma semana antes, eram contra o referendo e durante uma noite de discussão descobriram que essa era uma óptima oportunidade de fazer uma agitação de rua e passaram a ser a favor dele.

Há alguma garantia de que, para a semana, os senhores não mudam de opinião? Sr. Deputado, é por isso que é difícil ver os manifestantes!

Mas eu queria corrigir uma afirmação do Sr. Deputado que, essa sim, diz respeito ao debate: o Pacote Delors II não está fora de curso, Sr. Deputado! Leia toda a imprensa internacional! Eu tive a preocupação de vir para este debate com um mínimo de preparação, quer de informação interna, que para os senhores é sempre suspeita, quer de informação externa, na base de repórteres que não oferecem qualquer dúvida de pertencerem à minha corrente política, pois pertencem a jornais de esquerda. Todos esses jornais são unâmes exactamente quanto ao contrário: o Pacote Delors II, em vez de estar fora de curso, está absolutamente em curso, dentro dos circunstancialismos existentes.

Sr. Deputado, nesse ponto, a única coisa acerca da qual fico esclarecido é que, de facto, a esquerda portuguesa, a vossa esquerda, está cada vez mais presa pela síndrome de Acácio Barreiros.

Não me refiro ao Sr. Deputado Mário Tomé, porque ele é uma sombra dos tempos heróicos da UDP, por isso tomo como referência o estilo Acácio Barreiros: quanto mais difícil, melhor! Quanto pior, melhor! À falta se sentatez, viva a incensatez! Essa é a grande linha de afirmação nacional!

Compreendia isso relativamente à UDP, aliás, ela hoje peca por insensatez, porque esse era o seu grande caminho afirmativo! Mas da parte do Partido Comunista, que é, apesar de tudo, um partido que tem a pretensão de uma gestão séria dos interesses dos trabalhadores!...

E já não falo do Partido Socialista, pois há pouco pus essa questão ao Sr. Deputado António Guterres, isto é, perguntei-lhe se ele fosse Primeiro-Ministro se comportaria bem ou mal. Pressuponho que se comportaria mal, mas ele não teve a ousadia de confirmar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado João Amaral não tem tempo para responder, mas, como quem pergunta quer saber, dou-lhe um minuto para o fazer.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, para as perguntas que o Sr. Deputado Silva Marques me fez, um minuto até é capaz de ser demais.

Creio que o Sr. Primeiro-Ministro não viu as manifestações, porque estava ofuscado pelas estrelas de Belém, mas fico curioso de saber o que é que ofuscaria o Sr. Deputado Silva Marques. Foi capaz de ser esta estrela de Belém que está aqui à frente sentada, que é o Sr. Primeiro-Ministro!

Quanto à segunda questão, ou seja, o referendo, Sr. Deputado Silva Marques, fico satisfeito que tenha mudado o tom das suas críticas, porque sempre, desde que aqui estou sentado, o senhor me criticou por eu ser fixista, mas, desta vez, critica-me por ter sabido evoluir na minha opinião. Muito obrigado, Sr. Deputado Silva Marques!

Quanto à terceira questão, não o vi exhibir o jornal. Só pode falar-me de imprensa estrangeira quando me mostrar o *Financial Times*. Enquanto não me mostrar e exhibir apenas artigos, por exemplo, do *Le Monde*, isso são mentiras, como é sabido!

Finalmente, Sr. Deputado Silva Marques, as suas perguntas são uma boa imagem da presidência portuguesa: muitas palavras chochas e nenhum acto que se vejam e que defendam os interesses nacionais.

Aplausos do PCP.

O Sr. Mário Tomé (Indep.): — Sr. Presidente, peço a palavra para defesa da consideração.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Mário Tomé (Indep.): — Sr. Presidente, suponho que o Sr. Deputado Silva Marques não terá cometido o erro de considerar, hoje, insensata a UDP, porque ela, de facto, não é insensata. A sensatez da UDP está exactamente no facto de ouvir e de se preocupar com aquilo que o povo português sente e quer, principalmente num momento tão grave como o que estamos a atravessar.

É por isso que a UDP está empenhada, activa e politicamente, através da intervenção aqui no Parlamento e da entrega de um projecto de revisão constitucional, depois do processo ter sido aberto por VV. Ex.^{as} e pelo PS, em conferir ao povo português a capacidade institucional e a possibilidade efectiva de se pronunciar sobre uma questão tão grave e tão dramática como é a que o Tratado da União Europeia vai trazer ao nosso país, com todas as consequências que daí poderão advir e se adivinham, perante um certo patinar que se sentiu nesta presidência, em que o governo do PSD e o Presidente da Comunidade — o Sr. Prof. Cavaco Silva — não conseguiram dar resposta a problemas prementes do povo português e de Portugal, esperando, com certeza, como já tive aqui ocasião de focar, que seja a Inglaterra, a França ou a Alemanha a defenderem os interesses do nosso país.

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Deputado Mário Tomé, a única coisa que pretendi exprimir foi a minha surpresa. E com isso um comentário político relativamente à evolução da esquerda portuguesa. A meu ver ela anda ao contrário. Onde admitiria cada vez mais insensatez na UDP, na sua tradição, verifico, como o Sr. Deputado diz, ...

O Sr. Mário Tomé (Indep.): — Isso era o que o Sr. Deputado queria!

O Orador: — ... concordância, sobriedade, sensatez. E onde esperava, precisamente, sobriedade, a força que resulta da razoabilidade das posições, o que vejo são propostas insensatas da parte dos grandes partidos da esquerda. A esquerda anda ao contrário. Mas isso talvez seja até um elogio e um bom futuro para V. Ex.^{as}!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Adriano Moreira, a quem recordo que o tempo disponível é escasso, mas a Mesa tolera o uso de mais dois minutos.

O Sr. Adriano Moreira (CDS): — Sr. Presidente, prescindo da palavra, porque esse minuto vai ser um silêncio de ouro para meditar sobre as conclusões desta discussão!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Sérgio.

O Sr. Manuel Sérgio (PSN): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Reticências e perplexidades manifestadas pelo meu período em várias circunstâncias acerca do modelo que a construção da União Europeia vem adoptando não obnubilam a observação nem tolhem o nosso raciocínio.

A coerência e a eficácia internas a um sistema de valores é sempre louvável, independentemente do juízo que desse sistema alguém possa fazer. E, neste sentido, há que reconhecer uma empenhada coerência e um prestigiante índice de eficiência ao Governo Português durante os atribulados seis meses da presidência da Comunidade Europeia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O facto de o paradigma e a chave de interpretação da realidade utilizado pelo meu partido ser substancialmente diferente não impede nem diminui em nós a capacidade estética e até ética de admirar.

É um louvor formal, dir-se-á, mas, como louvor deve ser entendido, dizemos nós, porque o PSN é capaz, pela primeira vez na vida política portuguesa, de louvar sem se diminuir, de distinguir os vários planos de observação, mantendo intacta a sua mensagem fundadora.

Porque faz parte do próprio paradigma prático do PSN reconhecer méritos a outrem mesmo quando animados de uma lógica diversa da sua própria.

Porque o mérito de ser coerente, de lutar pelo prestígio de Portugal e de tentar manter o movimento convergente (seriamente abalado pelo sismo dinamarquês) de uma Europa em sobressalto, não pode ser ignorado por quem se diz respeitar as opções alheias e por quem deseja acima de tudo o bom nome do nosso querido país.

Avaliando o desempenho de Portugal (porque todos estivemos nele implicados) durante estes seis meses à luz

do padrão predominante, ter-se-á de reconhecer que ele foi positivo e tanto mais positivo se tivermos presentes a natural tendência para uma certa menorização dos Estados membros mais pobres e sobretudo o infernal ciclo de problemas que vergastaram em permanência a cadeira presidencial.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Se falei no padrão predominante, que obviamente não é o do PSN, é justo que me refira a um outro padrão que se centre no homem mais do que nas suas coisas, que reinstaure «razões para viver mais do que meios de vida», que adopte uma atitude respeitosa perante a vida e o seu ciclo e que veja no idoso não uma sucata mas um factor de futuro, que enfim não ceda à tentação de erguer arranha-céus sobre os escombros do humano, e que não faça do ter «a medida de todas as coisas».

O próprio Jacques Delors chamou a atenção muito recentemente para os perigos de uma «Europa demasiado elitista e tecnocrática».

Para terminar, Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, vou deixar algumas perguntas ao Governo, utilizando um novo expediente interpelativo, isto é, transcrevendo o comunicado que o meu partido distribuiu e que a comunicação social negligenciou aquando do início da presidência portuguesa da CE.

Vou começar: «Ao assumir Portugal (Portugal, sublinho) a presidência da CE o PSN deseja expressar os seguintes votos:

Primeiro, que a condução da CE, durante os próximos seis meses revele e imponha ao mundo a histórica vocação ecuménica e dialogante de um Portugal consciente da sua missão;

Segundo, que os governantes portugueses não actuem como se a tecnocracia e a habilidade diplomática constituissem a poção mágica para a resolução dos graves problemas de uma Europa abalada pelo tumultuoso despertar de sonhos nacionalistas, durante décadas sustados pelos ditames de uma geopolítica bipolar;

Terceiro, que a consolidação da CE não seja à custa dos superiores desfígios de uma Europa verdadeiramente solidária, já que de nada valerá instalar um clube de ricos no coração de uma Europa dividida e à deriva;

Quarto, que a presidência portuguesa seja capaz de refrear ancestrais tentações hegemónicas, susceptíveis de potenciar desequilíbrios que num passado relativamente recente lançaram a Europa e o mundo em sangrentas convulsões, batendo-se, ao invés, por um desenvolvimento harmônico, integrado e no respeito pelas matrizes culturais dos Estados membros;

Quinto, que Portugal se empenhe convictamente no estabelecimento de uma «nova ordem» económica mundial, fundada no primado do valor da pessoa humana e da vivência cultural das sociedades sobre a actual magia e omnipotência do dinheiro, sob pena de uma eminentemente crise mundial de consequências trágicas;

Sexto, que Portugal saiba aproveitar o púlpito da presidência para garantir a solidariedade das nações com a causa do martirizado povo irmão de Timor Leste;

Sétimo, que a acção de Portugal neste período de seis meses seja não o reflexo apenas do desempenho de uma élite tecnocrática, iluminada e aplicada, mas antes a expressão do verdadeiro sentir da Nação Portuguesa.»

A quem apenas pôde desejar resta agora a esperança de poder ouvir, de quem pôde realizar, o eco fiel de tais votos.

Porque a todos se pede reflexão e fé nos caminhos da Nação.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Oliveira Martins.

O Sr. João Oliveira Martins (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Quero referir aqui, o mais rapidamente possível, algumas questões que foram preocupação do grupo parlamentar a que pertenço no decurso do período em que exercemos a presidência da Comunidade Europeia. E queria começar por referir que é esta a quarta vez que, por iniciativa do Governo, estamos a analisar questões europeias nesta sessão legislativa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Governo esteve aqui aquando da apresentação do programa da presidência portuguesa para os seis meses, o Governo voltou aquando da adesão do escudo ao Sistema Monetário Europeu, aquando da reforma da política agrícola comum e agora, com um balanço exaustivo, que o Sr. Primeiro-Ministro acabou de fazer, sobre a presidência. E também esta Câmara discutiu na altura, num debate da iniciativa do Partido Comunista Português, as questões europeias.

Para vozes que aqui se têm queixado da pouca importância dada a estas questões no Hemiciclo, penso que convém registar do começo este facto.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E o segundo facto que registo é este, o nosso Primeiro-Ministro escolheu o Parlamento Português para, em primeira mão e antes de ir ao Parlamento Europeu, fazer o seu balanço da forma como ocorreu a presidência da Comunidade. Fez muito bem. Este acto, quanto a mim, é carregado de significado e o maior significado que lhe podemos atribuir é que os parlamentos nacionais terão, com certeza, no futuro um papel importante na evolução das questões ao nível europeu.

Aplausos do PSD.

Do que resultou da presidência portuguesa podemos fazer uma apreciação colocando-nos no plano europeu ou no plano estritamente nacional.

Colocando-nos no plano europeu, recordo aqui apenas quatro questões que nos parecem importantes para a evolução futura da Europa a que pertencemos.

A primeira delas é a forma como a presidência reagiu perante um facto anómalo e imprevisto: a votação feita, em referendo, pela Dinamarca relativamente ao Tratado de Maastricht. O Sr. Primeiro-Ministro referiu aqui o que foi, contando hora por hora, a reacção da presidência. A presidência actuou bem, de uma forma segura e de forma a evitar que começasse a existir como que uma cacofonia a respeito deste facto, que foi importante. Felizmente, a questão foi ultrapassada.

O segundo tema que me parece importante salientar aqui é o Acordo do Porto. A abertura da Comunidade a novos países foi preparada com o Acordo do Espaço Económico Europeu, o que, do meu ponto de vista, será muito importante para Portugal. Trata-se de países com os quais temos relações comerciais intensas e é bom não esquecer que são países pequenos e que provavelmente esses quatro países que irão ingressar na Comunidade vão entrar na zona dos cinco votos por país. Este facto é muito importante, numa comunidade onde também o balanço entre grandes e pequenos se pode jogar.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Com o impulso de Portugal, como, aliás, era de esperar, foi dado mais um passo significativo para a adesão desses países.

O terceiro aspecto que quero frisar, ainda ao nível europeu, é o relevo que a presidência portuguesa deu aos acordos internacionais ligados a países de expressão portuguesa, seja com o Brasil, seja com as antigas colónias de África, e até a alguns acordos no plano internacional, importantes para Portugal, como, por exemplo, o acordo de pesca com Marrocos.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Exactamente!

O Orador: — Refiro, finalmente, ainda no plano da presidência e no âmbito estritamente europeu, a forma como Portugal deu resposta à parte administrativa e ao funcionamento de toda a presidência. Não houve fiascos. Os conselhos foram realizados nas datas previstas, quando é certo que houve presidências — não as citarei aqui — em que isso não aconteceu. Julgo que isso foi um exemplo importante que demos à Europa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Do ponto de vista nacional, diria, rapidamente, que julgo ter sido importante a Cimeira de Lisboa ter abordado a questão da subsidiariedade. É uma questão muito importante para os países pequenos a de saber como é que este princípio vai ser posto em execução no futuro e que questões se irão decidir ao nível comunitário, ao nível nacional e ao nível regional.

Talvez pela atenção que a presidência portuguesa suscitou em nós, cidadãos portugueses, a opinião pública portuguesa fica a perceber melhor uma coisa: que a Europa está a fazer-se não de uma forma federalista, mas, no fundo, com compromissos intergovernamentais, o que é coisa completamente diferente. Onze países, sentados a uma mesa, reunidos em Conselho, vão decidindo, a par e passo, rejeitando ou aceitando o tal governo de Bruxelas, que está muito longe de ser governo, propostas no sentido de avançar nos termos dos tratados. Isto constitui uma aproximação que não tem nada de federalista. Terá talvez um pouco de federalismo na parte financeira — mas o que é 1,2 % do produto nacional bruto gerido em termos financeiros? Terá talvez um pouco mais de substância na parte monetária, com o percurso para a moeda única e para o banco central, mas a verdade é que, na parte estritamente política, este jogo, jogado ao nível dos compromissos intergovernamentais, tem pouco de federalista, o que, de alguma forma, deveria sossegar algumas opiniões que se exaltam mais a este respeito.

Quero, para terminar, referir que não podemos desvalorizar o que se está a passar em matéria de Mercado Interno. O Mercado Interno é um espaço económico alargado onde a nossa indústria e o nosso comércio podem exercer as suas actividades. Batemo-nos por isso durante muitos anos e a presidência portuguesa fez avanços significativos nessa matéria, que estão a passar completamente despercebidos, mas nem por isso deixam de ser importantes.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. Mário Tomé (Indep): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro: A presidência portuguesa não foi um êxito. Na articulação dos interesses portugueses na Comunidade, penso que foi mesmo um fracasso.

Já não esperávamos que avançasse na exigência da coesão social como compensação ao Mercado Interno, à União Económica e Monetária e à União Política, nem que levantasse com vigor e frontalidade o problema de Timor, não se limitando às preces piedosas do costume.

Sabemos o que é o PSD e qual é o seu governo, mas, mesmo em função dos objectivos próprios a que o Governo se propôs, não consigo perceber qual foi a estratégia negocial do Sr. Primeiro-Ministro, que, tendo assegurado só aceitar o alargamento da Comunidade Europeia com a garantia da duplicação dos fundos estruturais, aceitou que não haja fundos e que o alargamento aí venha como se prenunciava.

Há ainda a história, mal contada, do documento de trabalho do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que previa um directório com os maiores Estados europeus, talvez para obter a benevolência de Helmut Kohl.

Finalmente, para a única vitória institucional — a reforma da PAC — não resisto a citar o escritor João de Melo: «A julgar pelo que se diz, foi o maior consenso jamais estabelecido entre a casta política desde o fim da 2.ª Guerra Mundial, mas com o senão de ter semeado a revolta entre os agricultores de quase todos os países envolvidos, com exceção dos alemães, claro. Porque esses não dormem. Esses farão da Europa o que bem quiserem.»

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Castro.

A Sr.ª Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A disponibilidade do Governo em vir a este Parlamento prestar contas do exercício da presidência portuguesa das Comunidades parece-nos salutar e deveria, aliás, ser a conclusão lógica de um processo que aqui mesmo se deveria ter iniciado na discussão daquilo que deveriam constituir os objectivos nacionais neste período. Trata-se hoje, pois, de subverter as regras do jogo, porventura a querer estimular agora inúteis trocas de elogios, que carinhosamente se acomhem na sua confrangedora hipocrisia.

Elogios, afinal, justificados por quê? Por que respira com alívio o Governo? Porquê a sua quase perplexidade perante o razoável funcionamento das coisas e a aparente eficácia logística? Será porque afinal se concluiu, com espanto, que os desencontros nos aeroportos foram esporádicos, as perdas de eurocratas episódicas e o número de *gaffes* inferior ao previsto?

Afinal — dir-se-á — a este nível nenhum grande acidente ocorreu! Concordamos e, aliás, nunca duvidámos de que assim seria. Sempre estivemos convictos de que os polícias policiariam, o Centro Cultural de Belém ficaria de pé, os *dossiers* não se perderiam e, na nossa tranquila hospitalidade, ninguém ficaria esquecido.

Só que esse é o balanço burocrático que caberá eventualmente à Administração Pública fazer, reconhecendo o esforço dos seus altos funcionários, mas que, obviamente, a este Parlamento não cabe. Cabe-nos, isso sim, fazer uma incursão no tempo e uma breve retrospectiva daquilo que a pretexto da presidência se disse, mas sobretudo se fez.

Anunciada, com excitação, ao País como o grande acontecimento nacional, o exercício da presidência foi durante longos meses caracterizado junto da opinião pública não como um natural e responsável acto de gestão política decorrente do modo como funciona a estrutura comunitária que integramos, mas quase como se de algo excepcional se tratasse, porventura resultante do reconhecimento de um hipotético sucesso que desesperadamente terfamos de justificar. Carácter excepcional que só se pode entender enquanto convicção de que mesmo a rotatividade formal entre os Doze tem os seus dias contados, ficando para breve reservada aos maiores.

Era, em suma, todo um ambiente criado a indicar-nos grandes acontecimentos e uma dinâmica que com nervosismo se sustinha, preparando-nos para uma ação que prometia mundos e fundos e para a qual se apelava à boa compreensão e colaboração da oposição.

Tudo a postos, com impaciência, num período em que, no imaginário de alguns portugueses, Portugal iria mandar nos destinos da Europa.

E a presidência iniciou-se. Malas aviadas, o constante frenesim de um Governo sempre em trânsito e com a agenda sobreacarregada: Maastricht, guerra na Jugoslávia, GATT, Pacote Delors II, reforma da PAC, mas também a Conferência do Rio como a maior cimeira jamais realizada no Planeta por preparar. Em causa estava o ambiente e a sua defesa: antes de uma política, uma atitude — já aqui se disse — como política, por vocação, participativa — usa-se acrescentar.

E Timor, sempre Timor. Timor que, nesta mesma Assembleia, em 14 de Novembro, o Governo, pela voz do Sr. Primeiro-Ministro, se comprometia, com solenidade, defender, utilizando até à exaustão e sem desfalecimentos todos os meios ao seu alcance para que os seus sagrados direitos prevalecessem.

E, hoje, que dizer? Alguns registos valem como exemplo pela sua gravidade.

A preparação e a participação na Conferência do Rio é um deles — conhece-se a nível interno e da Comunidade. Falta de diálogo, inviabilização da participação da sociedade civil, desinteresse, conflitualidade com a Comissão, ausências, vazio de propostas e mediocridade, que hipotéticas necessidades de gerir consensos não conseguem esconder, naquela que se reconhecia ser uma cimeira de extrema importância para a humanidade e o nosso futuro comum.

E à questão de Timor, como responder? Não se sabe sob que pretexto foi envergonhadamente retirada das agendas, em silêncios que pesadamente se foram acumulando perante a nossa estupefação. Timor Leste foi pura e simplesmente arquivada num gigantesco parêntesis que estes seis meses escandalosamente significaram, a Cimeira de Lisboa confirmou e o discurso do Sr. Primeiro-Ministro hoje aqui confina a uma mera questão de direitos humanos.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^o e Srs. Deputados: Portugal presidiu à Comunidade, diz-se, com discrição. É um eufemismo como qualquer outro para designar a ausência de protagonismo que a necessidade de consensos quer justificar.

Consenso, aliás, que o único *dossier* encerrado — o da PAC — mostra não ser claramente virtude que à presidência de um pequeno país, como Portugal, e à salvaguarda dos interesses se deva associar!

Durante meses o Governo afirmou não gostar de se pôr em bicos de pés. De facto, e com exceção do insolito gigantismo só ousado para criticar o acto soberano de outro país, a Dinamarca, bem pode hoje o Governo dizer, com orgulho no seu balanço de presidência, que nem nunca o tentou!

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este debate foi talvez a melhor homenagem feita à presidência portuguesa, e, mais uma vez, as oposições mostraram sentido de responsabilidade, pelo que lhes dirijo, de forma muito sincera, os meus agradecimentos.

Permitam-me que, para terminar, faça algumas observações sobre a construção europeia, matéria que também foi abordada aqui neste debate.

O Governo pensa que o avanço para uma nova dimensão política deve respeitar diversos princípios, fundamentais para garantir o sucesso da Comunidade Europeia — os princípios do consenso, da diversidade das opções, das tradições e mesmo dos interesses dos Estados membros, bem como das suas identidades nacionais e instituições fundamentais.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Muito bem!

O Orador: — A preservação dos actuais equilíbrios institucionais também é decisiva.

Continua a parecer ao Governo que a União Política deve ser construída de forma gradual e flexível, com pragmatismo, sem grandes saltos e sem uma programação rígida. Sem uma programação rígida quanto à sua evolução futura e sempre recolhendo as lições, à medida que se avança.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Um princípio fundamental que é importante respeitar sempre é o da subsidiariedade, segundo o qual só deve ser realizado a nível comunitário aquilo que não for susceptível de ser resolvido eficazmente a nível nacional.

O Governo entende que não é do interesse do País dar o seu aval, de ânimo leve, a algumas posições que têm sido afloradas no âmbito da União Política, algumas de forma vaga. Um alargamento substancial das competências comunitárias poderia conduzir à transformação da Comunidade numa federação e dos actuais Estados membros em Estados federados.

Entendo, contudo, e nisto estou acompanhado por muitos outros chefes de governo da CEE — e agora também por muitos políticos nacionais —, que uma metamorfose tão radical da Comunidade não pode ser levada a cabo precipitadamente, simplesmente por efeito da pressão dos acontecimentos externos.

Com efeito, não podemos aceitar com ligeireza que um país soberano, com oito séculos de história, como é Portugal, possa, um dia, vir a ser confundido com uma qualquer autonomia regional no quadro de uma federação de Estados europeus.

Aplausos do PSD.

Não é necessário dar seguimento às pretensões de alguns — cada vez menos, à medida que aventa o processo —, para um Estado federal europeu. Nós preferimos uma linguagem menos ambiciosa, mais cautelosa e realista. A justificação para um novo passo, na direcção da União Política, que é necessária, encontramo-la na necessidade de fortalecer a capacidade da Comunidade e dos Estados membros para agirem nas áreas do seu interesse comum.

Parece claro que a forte identidade nacional portuguesa, a inexistência de minorias e a tradição histórica que o povo português assume com particular nitidez desaconselham a adesão precipitada a soluções federais.

Srs. Deputados, acabei de ler textualmente aquilo que afirmei nesta Câmara no dia 19 de Junho de 1990.

Aplausos do PSD.

E, repito-o, por duas razões: em primeiro lugar, face às mudanças de linguagem sobre a Comunidade Europeia, que, nos últimos tempos, se têm registado nalguns partidos da oposição — é que a coerência no tempo também é importante; em segundo lugar, porque estas orientações que acabei de anunciar estiveram sempre presentes na ação do Governo durante a nossa presidência.

Às vezes, Srs. Deputados, é preciso avivar a memória de alguns, principalmente agora quando tenho notado um excesso de amnésia nalguns políticos nacionais.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado António Guterres inscreveu-se para que efeito?

O Sr. António Guterres (PS): — Para uma intervenção. Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Dispõe de cerca de dez segundos. Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, é apenas para dizer que o Partido Socialista reitera aquilo que sempre afirmou em matéria de união política, e se o Sr. Primeiro-Ministro fez uma evolução em relação aos seus primeiros discursos sobre essa matéria, quero tam-

bém dizer-lhe que há sempre «mais alegria no céu por um pecador que se converte do que por 99 justos que permanecem no caminho do bem»!

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, fui informado que um colega nosso, o Sr. Deputado Carlos Luís, deu ontem uma queda, melindrosa para uma das vistas. Portanto, gostaria que lhe chegasse a notícia de que todos nós lhe desejamos uma rápida e feliz recuperação.

Não há mais inscrições, pelo que está esgotado o tema do nosso debate de hoje.

A próxima reunião plenária realiza-se na terça-feira, dia 7 de Julho, pelas 15 horas, e terá, além do período de antes da ordem do dia, como ordem do dia a apreciação dos projectos de lei n.º 152/VI e 153/VI.

Está encerrada a sessão.

Eram 12 horas e 45 minutos.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Adérito Soares Campos.
Francisco Bernardino Silva.
Jaime Carlos Marta Soares.
Joaquim Fernandes Marques.
José Ângelo Correia.
José Manuel da Silva Costa.
José Pereira Lopes.
José Reis Leite.
Manuel Costa Andrade.
Miguel Bento Macedo e Silva.
Pedro Augusto Cunha Pinto.
Rui Carlos Alvarez Carp.

Partido Socialista (PS):

Alberto de Sousa Martins.
António José Martins Seguro.
Carlos Manuel Costa Candal.
Carlos Manuel Luís.
João António Gomes Proença.
José Barbosa Mota.
José Manuel Lello Almeida.
Maria Julieta Sampaio.
Rogério Conceição Martins.
Rui Machado Ávila.

Centro Democrático Social (CDS):

José Luís Nogueira de Brito.

A DIVISÃO DE REDACÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA.

DIÁRIO da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não trагam apostila a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



1 — Preço de página para venda avulso, 6\$+IVA; preço por linha de anúncio, 178\$+IVA.

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 176\$00 (IVA INCLUÍDO 5%)

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «*Diário da República*» e do «*Diário da Assembleia da República*» deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 – 1092 Lisboa Codex